



GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA

28ª Reunião da Comissão Tripartite Nacional

Realizada em
Brasília/DF.
22 de abril de 2025

(Transcrição ipso verbo)
Empresa RDK Degravações e Eventos

1 **A SR^a. ANNA FLÁVIA DE SENNA FRANCO - SUPLENTE 1 (Secretária Executiva**
2 **Adjunta do MMA)** – Bom, bom dia a todos e todas. Sejam muito bem-vindos para a 28^a
3 Comissão Tripartite Nacional. Essa reunião da Tripartite, ela tem uma pauta bastante
4 densa e interessante. A gente vai ter como uma das pautas que vem sendo amadurecida
5 nos trabalhos e nos eventos que foram feitos é a questão da compensação ambiental e
6 a proposta de instituição de um guia sobre destinação dos recursos da compensação
7 ambiental. Todos que estão online estão escutando? Vocês estão escutando on-line?
8 Obrigada. Bom, então, um tema é a compensação ambiental. O segundo tema será sobre
9 os estudos que estão sendo realizados pela equipe do CONAMA sobre a governança do
10 SISNAMA. A Marcela deverá apresentar junto com a equipe que está desenvolvendo os
11 estudos. O terceiro tema será: Critérios e parâmetros para definição de município com
12 capacidade institucional para executar a política ambiental de forma eficaz. E o quarto
13 tema: Desafios do combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca no contexto
14 das mudanças climáticas. O nosso diretor Alexandre Pires irá apresentar o tema. Bom,
15 então, sejam todos bem-vindos. Antes de dar início, eu queria já informar que o secretário
16 executivo Capobianco deve estar chegando. Então, nós estamos iniciando, mas ele
17 estará presente, ele está desembarcando e deve chegar daqui a pouco. E, enquanto isso,
18 a gente poderia dar início com a apresentação dos membros titulares presentes da
19 Comissão Tripartite Nacional. Então, eu passo a palavra para a Marcela e vamos rodar
20 para a apresentação dos membros.

21 **A SR^a. MARCELA MORAES (Diretora do DSISNAMA)** – Bom dia a todos e a todas.
22 Obrigada por comparecerem. Espero que tenham tido um bom feriado, um bom
23 descanso. Eu acho que nós podemos iniciar aqui pela mesa. Marcelo, ou Adalberto, a
24 gente poderia fazer uma rodada de apresentação de quem está agora na mesa e depois
25 ver quem da tripartite está online.

26 **O SR. ADALBERTO FELÍCIO MALUF FILHO (Secretário - Secretaria Nacional de**
27 **Meio Ambiente Urbano e Qualidade Ambiental)** – Olá, bom dia a todos. Adalberto
28 Maluf, secretário nacional do Meio Ambiente Urbano, Recursos Hídricos e Qualidade
29 Ambiental aqui do Ministério do Meio Ambiente.

30 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Secretaria Nacional de Povos e**
31 **Comunidades Tradicionais e Desenvolvimento Rural Sustentável – SNPCT)** – Bom
32 dia a todos e a todas. Meu nome é Alexandre Pires. Eu estou como diretor do
33 Departamento de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca, na
34 Secretaria Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e Desenvolvimento Rural
35 Sustentável, aqui no MMA.

36 **O SR. MARCELO CAMARDELLI – TITULAR (Secretário de Estado Adjunto do Meio**
37 **Ambiente e Infraestrutura do Rio Grande do Sul - Sema)** – Bom dia, Marcelo
38 Camardelli, secretário de Estado Adjunto do Meio Ambiente e Infraestrutura, do Rio
39 Grande do Sul.

40 **O SR. EDUARDO TAVEIRA – TITULAR (Secretário de Meio Ambiente do Amazonas**
41 **- ABEMA)** – Bom dia a todas e todos. Meu nome é Eduardo Taveira. Estou como
42 secretário de Meio Ambiente do Estado do Amazonas, aqui como vice-presidente da
43 nossa Associação de Entidades Estaduais de Meio Ambiente, ABEMA.

44 **A SR^a. HELIZ MENEZES DA COSTA – 1^a SUPLENTE (Instituto Brasileiro do Meio**
45 **Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA)** – Bom dia a todos. Sou
46 Heliz Menezes. Estou como suplente de representação do IBAMA.

47 **O SR. MARÇAL CAVALCANTI - TITULAR (Presidente da ANAMMA Nacional) –**
48 **Marçal Cavalcanti, presidente da ANAMMA, secretário municipal de Pilar, titular da**
49 **ANAMMA.**

50 **O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - SUPLENTE 1 (Diretor de Pesquisa,**
51 **Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade - ICMBio)** – Bom dia a todos. Marcelo
52 Marcelino, ICMBio.

53 **A SR^a. MARCELA MORAES (Diretora do DSISNAMA) – Gesmar.**

54 **O SR. WELISON SILVEIRA – TITULAR (ANAMMA CB27) –** Meu nome é Welison. Estou
55 como secretário do Meio Ambiente, presidente do CB27, representando aqui a ANAMMA.

56 **A SRª. MÔNICA G. MORAES (Coordenadora-Geral/SISNAMA)** – Mônica Guedes de
57 Moraes, da Coordenação-Geral do SISNAMA.

58 **A SRª. MARCELA MORAES (Diretora do DSISNAMA)** – Pessoal, eu vou fazer um
59 pedido, que essa sala tem uma coisa difícil, que é a gravação, o som. Esse microfone,
60 ele é mega direcional. Então, se a gente não fala próximo e bem na frente dele, quem
61 está online não escuta. Bem-vinda, Adriana. Chegou, você gostaria de se apresentar?
62 Tem que ligar o microfone.

63 **A SRª. ADRIANA MOURA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA)** –
64 Adriana Moura, do IPEA.

65 **A SRª. MARCELA MORAES (Diretora do DSISNAMA)** – Obrigada. Temos
66 representantes da Tripartite Online. Tem algum titular que está online?

67 **O SR. EDUARDO MENDONÇA SODRÉ MARTINS – SUPLENTE 1 (Secretário de Meio
68 Ambiente da Bahia)** – Oi Marcela, bom dia, Eduardo aqui, secretário do meio ambiente
69 do estado da Bahia. Não pude estar presente aí com os queridos amigos, mas estou por
70 aqui.

71 **A SRª. MARCELA MORAES (Diretora do DSISNAMA)** – Obrigada, Eduardo. Bem-
72 vindo. Então, agradeço a presença de todos e todas que estão presentes aqui em Brasília
73 e todos que estão podendo acompanhar online. A nossa pauta de hoje, ela se inicia com
74 a discussão sobre o Guia de Compensação Ambiental. E eu vou fazer uma breve
75 introdução a esse documento. Nós temos aqui representantes do IBAMA, do ICMBio, que
76 também participaram da discussão sobre esse guia. Ele foi uma sugestão da nossa última
77 reunião da Comissão Tripartite Nacional, em novembro. Quando a gente teve uma
78 apresentação sobre a destinação de recursos da Compensação Ambiental Federal para
79 unidades de conservação federais, estaduais e municipais. E sugeriram a elaboração de
80 um guia que desse orientações mais claras de como estados e municípios poderiam
81 apresentar propostas de destinação de recursos para o Comitê de Compensação
82 Ambiental Federal, o CCAF. E também a discussão sobre a destinação de recursos das
83 compensações ambientais, estaduais e municipais para as unidades de conservação

84 federais impactadas pelos empreendimentos licenciados por esses entes federativos.
85 Então, o guia, ele tentou tratar dessas duas frentes. Nós iniciamos com uma conversa
86 com o ICMBio e o IBAMA, e dessa conversa surgiu também a proposta de a gente fazer
87 um seminário para estados e municípios que já trouxesse uma orientação clara sobre
88 esse processo. Então, a gente chegou a fazer esse seminário há duas semanas atrás,
89 foi um seminário virtual, tiveram mais de 200 pessoas participando do evento,
90 representantes das Secretarias Estaduais de Meio Ambiente e de municípios de todas as
91 unidades da federação. O que demonstra que tem uma demanda grande por parte dos
92 corpos técnicos de orientações para esse debate. Uma das coisas que a gente buscou
93 trabalhar no guia foi o fluxo, um fluxo claro para apresentação das propostas, para análise
94 pelo CCAF e ele permitiu que a gente fizesse uma inovação nesse processo. Ali a gente
95 tem projetado o guia, ele traz uma breve introdução, fala sobre os critérios para a
96 destinação dos recursos, tanto os critérios estabelecidos pela legislação, pela lei do
97 SNUC, quanto os critérios que foram estabelecidos pelo comitê com relação ao volume
98 de recursos para a destinação para as unidades. Acho que você pode correr um
99 pouquinho para os critérios. Com relação aos critérios, a gente tem os critérios
100 relacionados à base legal, todas as unidades de conservação afetadas ou que tenham
101 suas zonas de amortecimento impactadas devem receber os recursos, qual que é o
102 conceito de unidade afetada, critérios relacionados ao volume de recursos disponíveis da
103 compensação ambiental do empreendimento, o que é considerado pequeno volume,
104 médio e grande volume, qual que é o critério para a destinação de volume de recursos
105 excepcional e aí tem os critérios de destinação para pequeno volume, médio volume e
106 grande volume, empreendimento pontual terrestre, empreendimento linear,
107 empreendimento costeiro marinho. E a própria legislação que estabelece a prioridade, o
108 artigo 33 da lei do SNUC que estabelece a prioridade para a destinação dos recursos que
109 tem a ver com regularização fundiária, elaboração, revisão do plano de manejo, aquisição
110 de bens e serviços. Então, o IBAMA trabalha em uma análise preliminar, como ele faz a
111 secretaria executiva do CCAF, ele trabalha numa análise preliminar da proposta que vem
112 das unidades de conservação que estão requisitando os recursos para que primeiro se
113 veja se a priorização dos recursos segue a ordem estabelecida pela legislação e caso
114 não siga se existe uma justificativa para destinação para algum item que não segue

115 exatamente essa ordem. O primeiro procedimento seria o CCAF dizer quais são as
116 unidades elegíveis para receber esses recursos de acordo com esses critérios. Então, a
117 partir da definição de quais unidades de conservação poderiam receber esses recursos,
118 o IBAMA vai publicar um edital para recebimento de propostas. O IBAMA publica o edital,
119 ele cuida da secretaria executiva. Isso. Esse guia estabelece o rito do CCAF, que é da
120 compensação federal. Então, esse procedimento que eu estou dizendo é sobre a
121 compensação federal. Depois ele estabelece orientações para destinação por estados e
122 municípios, mas as regras dos estados e municípios competem a legislação local. Então,
123 a gente traz orientações para que inclusive essas leis estaduais e municipais tenham
124 algumas diretrizes de como destinar para as unidades impactadas, independente da
125 unidade da federação da qual elas façam parte. Então, a ideia é que a publicação do
126 edital seja feita em um link de editais no site do IBAMA. Aí tem um período para
127 submissão de propostas e nesse guia a gente tem ao final um modelo de formulário para
128 submissão de propostas. Uma análise preliminar dessas propostas pela secretaria
129 executiva do CCAF e a deliberação sobre a destinação de recursos. Aqui a gente segue
130 com o ciclo completo, que é o termo de compromisso de compensação ambiental federal
131 e o termo de quitação. E depois a gente tem essa parte do guia que fala sobre as
132 diretrizes para a destinação de recursos das compensações ambientais estaduais e
133 municipais. Aqui a gente fala da importância desse diálogo permanente com o ICMBio,
134 para que essa destinação também siga diretrizes estratégicas, as prioridades dentro do
135 plano estabelecido para as unidades federais. E a gente deixa os contatos também, tanto
136 do IBAMA no que diz respeito à compensação federal, quanto do ICMBio quando houver
137 possibilidade de destinação de recursos estaduais e municipais para os CES federais.
138 Então, assim é só uma breve apresentação, a gente discutiu bastante com o ICMBio e
139 com o IBAMA esse procedimento, mas seria muito importante também ouvir a perspectiva
140 dos estados e dos municípios, porque a ideia agora é compartilhar esse guia e que esse
141 seja um produto da comissão tripartite.

142 **O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES - TITULAR (Presidente do Instituto Chico Mendes -**
143 **ICMBio) –** Mais próximo aqui... Oi, bom dia gente. À distância é o Mauro aqui, ICMBio.
144 Queria só fazer um comentário introdutório. O que acontece? Esse guia, eu acredito que
145 ele é útil para que os demais entes da federação trabalhem como referência para a

146 destinação dos recursos de compensação. Por quê? Porque no âmbito federal
147 [ininteligível] paro nisso, nós temos a Câmara de Compensação Ambiental Federal e ela
148 já vem funcionando desde 2011 e ela já tem uma série de ritos estabelecidos. Esse guia,
149 por exemplo, ele precisa passar formalmente pela Câmara para poder ser tido como
150 referência para a destinação de recursos para outras unidades de conservação. Isso
151 ainda não aconteceu. Então, nós temos que submetê-lo a essa Câmara para que ela
152 possa, digamos assim, ter a chancela formal da sua vigência. Mas eu acredito que, no
153 que se refere à destinação federal, os ritos já estão bem estabelecidos. O que nós
154 percebemos, aí sim, a destinação dos recursos dos demais entes não tem uma
155 uniformidade. Por exemplo, o ICMBio. O ICMBio tem unidades de conservação
156 espalhadas no território. São 340. Muitas dessas unidades de conservação estão em
157 áreas que são afetadas por empreendimentos licenciados por órgãos estaduais, às vezes
158 até municipal. Contudo, nós não participamos da decisão sobre a destinação desses
159 recursos. Às vezes nem somos informados. Portanto, eu acredito que é importante a
160 gente ter um mínimo de coordenação nesses processos para que os recursos da
161 compensação efetivamente cheguem a todas as unidades, seguindo minimamente um
162 conjunto de referência. Portanto, eu acredito que esse guia aqui é útil nessa direção de
163 orientação. Não pode ser visto como, digamos, um mandamento. Acho que ele é uma
164 boa referência.

165 **O SR. RODRIGO ANTONIO AGOSTINHO MENDONÇA – TITULAR (Presidente do**
166 **Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis -**
167 **IBAMA) –** Bom dia. Bom dia a todos e todas. Vou ser muito breve. Eu queria só
168 cumprimentar, Marcela, você e sua equipe por ter trabalhado junto com a equipe do
169 Ibama. Está aqui o Nani, os demais colegas. Na busca por tentar sintetizar essas regras.
170 De fato, a gente quer que o instrumento da compensação seja um instrumento mais vivo,
171 um instrumento onde todos os entes participem, tanto no recebimento quanto na
172 destinação de recursos. O que a gente precisa ter em mente é que, de fato, as
173 compensações aconteçam. O instrumento da compensação existe justamente porque
174 nem todos os impactos são mitigáveis, nem todos os impactos podem ser contornados.
175 Por isso, o instrumento da compensação. E, de fato, como também o presidente do
176 ICMBio, o Mauro Pires, colocou, a gente quer poder melhorar a destinação de recursos

177 do Licenciamento Ambiental Federal para estados e municípios. E a gente também quer
178 poder participar de compensações de estados e municípios. E por que isso? Porque hoje
179 a gente sabe que depois da Lei Complementar 140, uma boa parte do licenciamento
180 passou para os estados. E a gente está vendo, não é, Marçal? O protagonismo cada vez
181 maior dos municípios, montando equipes próprias, tendo legislações específicas,
182 assumindo responsabilidades. Então, o que a gente quer é que isso aconteça de uma
183 forma mais viva, mais corriqueira. Nós fizemos um esforço muito grande no IBAMA esses
184 dois anos para descontinuar recursos de compensação. Existe um volume muito
185 grande de recursos parados. Nós estamos numa segunda etapa, que é uma etapa agora
186 concentrada muito no ICMBio. A gente tem uma série de outras dificuldades. Hoje a
187 gestão se faz através, no caso dos recursos federais, se faz através de uma conta com
188 a Caixa Econômica Federal, que inclusive faz a aplicação dos recursos para diversas
189 áreas estratégicas. A gente tem um desafio que é como desconcentrar os recursos. Uma
190 boa parte dos recursos ficam concentrados naquelas regiões que concentram o maior
191 número de empreendimentos. E, às vezes, nós temos regiões do país que acabam não
192 recebendo recursos de compensação. Isso é um desafio também. E, no mais, colocar a
193 nossa equipe do IBAMA à disposição para qualquer eventual esclarecimento. O que a
194 gente percebe é que muitos empreendedores não veem a hora de pagar a compensação
195 para meio que se livrar da responsabilidade, para ter a quitação. E, muitas vezes, a gente
196 enfrenta o desafio, obviamente, da baixa estrutura que o SISNAMA tem à disposição para
197 poder fazer todo o gerenciamento dessas iniciativas. Mas eu não tenho dúvida que, como
198 estratégia de conservação, esses recursos são hoje imprescindíveis. Era só. Obrigado.

199 **O SR. MARÇAL CAVALCANTI - TITULAR (Presidente da ANAMMA Nacional) –**
200 Marçal Cavalcanti, presidente da ANAMMA. Importante, Mauro e Rodrigo, nós que
201 sofremos os impactos locais estarmos irmanados nessa ação de dar prosseguimento,
202 forma. Esse é o primeiro passo para que essa comissão funcione efetivamente. Então,
203 assim, estamos aqui hoje. Estou aqui com o prazer de ter o Gino César, nosso secretário
204 de meio ambiente de Alagoas, que vamos apresentar e anexar uma ata da nossa reunião
205 em Alagoas, onde eu estive presente e saiu uma ação de como deve funcionar a tripartite
206 nos Estados. Efetivamente, governo do Estado, o CNBio, o IBAMA. E lá nós discutimos
207 efetivamente a participação e ingerência do IBAMA em vários empreendimentos que o

208 IBAMA vai lá, multa, notifica e não manda para o órgão licenciador primário. Então, isso
209 foi uma ação política do Estado de Alagoas para que a gente traga a tripartite nacional e
210 para todos os entes, tanto município como Estado, possam efetivamente trabalhar desse
211 jeito. E com relação a isso, Marcelo, nós estamos num momento muito, muito de
212 convergência. Os municípios necessitam efetivamente, aqueles que têm efetivamente
213 condição de licenciar, está nessa linha do que nós estamos buscando para que o
214 SISNAMA, junto com a tripartite, seja efetivado.

215 **A SR^a. MARCELA MORAES (Diretora do DSISNAMA)** – Obrigada. Eduardo.

216 **O SR. EDUARDO TAVEIRA – TITULAR (Secretário de Meio Ambiente do Amazonas**
217 **- ABEMA)** – Novamente, bom dia. Tem questões importantes. Eu primeiro quero
218 parabenizar pela elaboração do guia. Acho que grande parte dos problemas relacionados
219 à compensação, ela está ligada também à comunicação. E acredito que o
220 estabelecimento do guia não só padroniza, mas como efetivamente ele coloca um
221 instrumento informativo de qualidade para estados e municípios. No caso do Amazonas,
222 a gente tem obviamente uma complexidade bem maior, porque não que não haja
223 complexidade nos outros, não é isso que eu me refiro, mas é por causa das questões
224 geográficas, da quantidade, da dimensão territorial das próprias unidades de
225 conservação, dos custos relacionados, por exemplo, às atualizações, por exemplo, dos
226 planos de gestão, dos planos de manejo, que se chama plano de gestão lá no Amazonas.
227 E também, obviamente, do impacto relacionado aos empreendimentos. Então, você tem
228 impactos que são localizados. Então, muitas vezes, áreas que dependem de recurso,
229 estão bem afastadas, não tem impacto nenhum, também não recebem recurso. Aquela
230 questão da injustiça da legislação ambiental. Onde tem mais impacto, acaba indo mais
231 recurso também. O estado do Amazonas, eu acho que esse é um ponto importante para
232 os estados. Não sei como é que está nos estados, mas os tribunais de contas, o tribunal
233 de contas do estado do Amazonas tem cobrado bastante o estado a respeito das
234 aplicações e resultados das compensações. Nós estávamos e usamos ainda como
235 referência a própria lei federal, a 9985 de 2000. Mas a gente encaminhou, ano passado,
236 para a Assembleia Legislativa, um projeto de lei para estadualizar as normas de
237 compensação. Já aproveitando tanto a lei e informações do Guia. Então, o estado do

238 Amazonas está bem alinhado do ponto de vista das estratégias. Inclusive do rol de
239 prioridade de implementação para execução, tanto para estados, quanto para municípios,
240 que a gente também incluiu na lei estadual, dentro desses rols de prioridade. Como, por
241 exemplo, as questões fundiárias, a questão da atualização dos planos de manejo. Então,
242 se soma esse movimento que o MMA tem liderado, para que a gente possa fazer da
243 melhor maneira possível a utilização dos recursos que vêm dessa parte da compensação.
244 É isso.

245 **A SR^a. MARCELA MORAES (Diretora do DSISNAMA)** – Está bem. Mais algum
246 comentário?

247 **O SR. GINO CÉSAR MENESES PAIVA (Secretaria de Estado do Meio Ambiente e**
248 **dos Recursos Hídricos de Alagoas)** – A todos e todas. Já fui apresentado pelo meu
249 amigo Marçal, sou o Gino César, de Alagoas, e vice-presidente da ABEMA. Faço a
250 saudação especial a todos os que fazem parte da ABEMA também. Acho que o Marçal,
251 ele coloca justamente o que a gente tem construído aqui nos estados. Que é esse
252 relacionamento com todos os homens. Precisa avançar ainda, mas a gente tem
253 conseguido. Lá em Alagoas, nós fizemos uma conversada justamente para tentar
254 trabalhar. Discutir a pauta do SISNAMA e ver o que é que a gente avança. Então, a gente
255 vai já tirar agora para junho um encontro para discutir a questão da legislação. Nós vamos
256 chamar algumas pessoas que têm essa agenda nacionalmente, seja no Ministério do
257 Meio Ambiente, seja na Procuradoria, para que a gente faça um grande debate no estado
258 reunindo todos os secretários municipais. A gente tem feito essa discussão de uma forma
259 muito democrática, transparente, sabendo que tem alguns problemas entre órgãos, é
260 normal. Mas que a gente tenha a grandeza de compreender que o que está em jogo aqui
261 é um projeto para todos os órgãos ambientais. Então, nós vamos avançar nessa pauta.
262 Queria fazer esse registro e dizer que a gente tem conseguido lá em Alagoas trabalhar
263 conjuntamente com todos esses setores, seja governamental, estadual e municipal. Esse
264 registro.

265 **A SR^a. MARCELA MORAES (Diretora do DSISNAMA)** – Obrigada. Bom, eu acho que
266 primeiro agradecer todas as contribuições. A ideia do documento é que ele seja realmente
267 uma proposta para discussão. E eu acho que das conversas, eu já tenho feito algumas

268 reflexões. Estou conversando aqui com a Ana Flávia, acho que ela pode falar um
269 pouquinho também. O que seriam critérios que poderiam ser aplicáveis a todos os entes
270 federativos? Se é possível a gente trabalhar com critérios que sejam aplicáveis a todos
271 os entes federativos gerais? E os procedimentos que seriam da compensação federal e
272 diretrizes para os procedimentos estaduais e municipais? Talvez a gente precise de mais
273 um tempo para que a gente possa avançar para esse documento final. O presidente
274 Mauro Pires está sugerindo que o SECAF faça primeiramente uma discussão sobre o
275 procedimento federal para aprovar esse procedimento que está proposto aqui no guia.
276 Acho que a gente poderia fazer a mesma reflexão com relação a estados e municípios,
277 com relação às diretrizes colocadas nesse guia. E com relação aos critérios. O secretário
278 Eduardo Taveira está trazendo a perspectiva do Amazonas. Os critérios que estão aqui
279 são aplicáveis? Não são? O que seriam aplicáveis? Então seria importante que a ABEMA
280 e a ANAMMA fizessem essa revisão mais detalhada dessas diretrizes estabelecidas para
281 que a gente realmente tivesse um guia que pudesse ser incorporado como uma
282 pactuação aqui da tripartite que pudesse trazer diretrizes mais claras tanto para o
283 procedimento de destinação federal quanto dos estados e municípios. Então a minha
284 proposta é que a gente avance até a próxima tripartite nesse detalhamento e que a gente
285 volte com essa discussão mais amadurecida. Acho que pode ser esse o
286 encaminhamento?

287 **O SR. MARÇAL CAVALCANTI - TITULAR (Presidente da ANAMMA Nacional)** – Para
288 o ICMBio, é isso? Levar para a Câmara Técnica para ele fazer. E na próxima reunião da
289 tripartite traz uma ação combinada com a ABEMA e com a ANAMMA para que a gente
290 possa já dar as contribuições necessárias. É isso?

291 **A SR^a. ANNA FLÁVIA DE SENNA FRANCO - SUPLENTE 1 (Secretária Executiva**
292 **Adjunta do MMA)** – Eu gostaria de acrescentar, depois de ver o guia, primeiro para
293 parabenizar todo o esforço que o grupo, a tripartite fez para já começar a desenhar um
294 guia. Agora a gente tem que observar que o instrumento da compensação ambiental é
295 um instrumento federativo, é um instrumento que tem a sua instância nacional e tem as
296 suas autonomias estaduais. E que muitos dos estados também já tem leis e decretos
297 próprios que regulamentam. Eu acho que o guia geral, um guia que estabeleça diretrizes

298 gerais é extremamente importante porque ao longo da história da implementação da
299 compensação ambiental, a gente foi requisitado, nós da instância federal, fomos muitas
300 vezes requisitados pelos estados para definição ou orientação de como proceder, porque
301 até os procedimentos de incorporação orçamentária ou financeira, ou como fazer para
302 que o recurso esteja de fato disponível já era um problema de origem. Então, eu acho
303 que um passo importante, Marcela, seria a gente ter um levantamento que pode ser bem
304 básico, do que já tem regulamentação nos estados, em que pé estamos. Isso é para a
305 gente ter uma noção do estado hoje, da arte, das dificuldades encontradas para que a
306 gente possa enriquecer esse trabalho e produzir diretrizes gerais que sejam bastante
307 palatáveis em todas as instâncias.

308 **A SR^a. MARCELA MORAES (Diretora do DSISNAMA)** –Eu queria só complementar
309 que hoje, acho que o Pedro Menezes não está aqui com a gente, mas o diretor do DAP
310 e o Fórum Nacional dos Dirigentes do SNUC também se envolveram na construção do
311 guia, dessa versão. E eu acho que existe um acúmulo no Fórum dos Dirigentes do SNUC
312 que já faz esse mapeamento e que já trouxeram um pouco dessas demandas por meio
313 do DAP para que a gente construísse esse documento. Então, eu acho que a discussão
314 pelo Fórum do SNUC também vai ser muito importante, eles também vão levar para as
315 suas bases a discussão sobre o guia. Agora, o convite, e a gente vai formalizar isso no
316 encaminhamento, é olhar para o que pode ser diretriz geral do sistema. E aí,
317 procedimentos, a gente detalha para cada um dos entes federativos, mas diretriz geral é
318 o que a gente consegue pactuar aqui, acho que a gente tem que avançar nesse sentido.

319 **O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES - TITULAR (Presidente do Instituto Chico Mendes -**
320 **ICMBio)** – Complementando essa... Então, Marcela, também tenho que agradecer, acho
321 que o esforço para fazer esse guia é extremamente importante e traz bons elementos.
322 Eu diria que a gente vai ter que alterar o título, porque se trata de guia para estados e
323 municípios, acho que são orientações gerais dos entes federativos, relacionados ao
324 instrumento da compensação, a aplicação desse instrumento em diferentes instâncias.
325 Então, ele serve como orientação para o nível federal. No nível federal, como eu disse,
326 precisa passar obrigatoriamente pela Câmara que aprova esses assuntos. E nos estados,
327 da mesma forma, quer dizer, vai seguir uma orientação cuja finalidade central é você

328 encontrar, coordenar os esforços, ter uma nomenclatura mais ou menos comum,
329 estabelecendo o princípio da transparência, do fortalecimento das unidades de
330 conservação, porque, afinal de contas, o recurso da compensação, é bom lembrar,
331 infelizmente, ele vem de um impacto que não é mitigado, ou seja, um impacto que vai
332 acontecer. Portanto, a gente tem que ser bem criterioso na aplicação desse recurso,
333 porque ele implicou, ele vem de um impacto que acometeu o meio ambiente.

334 **A SR^a. MARCELA MORAES (Diretora do DSISNAMA)** – Muito bem. Então, obrigada.
335 João Paulo Capobianco.

336 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - TITULAR (Secretário Executivo do MMA)** – Eu
337 só queria dar bom dia a todos. O voo atrasou um pouco, mas vejo que a reunião está
338 bem encaminhada. Então, peço que a Ana Flávia siga o processo. E vamos seguir sem
339 interrupções.

340 **A SR^a. ANNA FLÁVIA DE SENNA FRANCO - SUPLENTE 1 (Secretária Executiva**
341 **Adjunta do MMA)** – Próximo ponto? Bom, então, vamos para o próximo ponto, que é os
342 estudos sobre governança do SISNAMA. Quem irá apresentar? O IPEA. Então, Adriana
343 Moura e Gesmar dos Santos, por gentileza.

344 **A SR^a. MARCELA MORAES (Diretora do DSISNAMA)** – Muito bem. Bom, esse estudo
345 é uma iniciativa do Departamento de Apoio ao SISNAMA. Nós fizemos uma parceria com
346 o IPEA para fazer um diagnóstico sobre a governança ambiental que passa por um olhar
347 do Ministério e também da articulação com estados e municípios. Então, a ideia é que, a
348 partir desse diagnóstico, a gente consiga pensar um plano de governança para
349 fortalecimento do SISNAMA. E que a gente tenha diretrizes, indicadores e ações
350 planejadas mais claras com relação a como a gente avança na perspectiva de
351 fortalecimento institucional da gestão ambiental e também do processo de
352 descentralização. Então, o IPEA vem fazendo esse diálogo, está percorrendo o Brasil
353 inteiro em uma pesquisa de campo e ele vai fazer uma apresentação do processo e um
354 pouco sobre o que ele já tem encontrado nessas conversas.

355 **A SR^a. ADRIANA MOURA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA) –**

356 Obrigada, Marcela. Então, eu sou a Adriana do IPEA, coordenadora de estudos em
357 sustentabilidade ambiental e, como a Marcela falou, nós estamos com essa parceria com
358 o Ministério. Agradecemos o convite. Uma pesquisa que está sendo muito interessante
359 também para a gente. Envolve recursos, um TED, Transferência de Recursos do IPEA.
360 Depois o Gesmar vai se apresentar, também um dos coordenadores da pesquisa. Estão
361 também aqui da nossa equipe a Júlia e a Cláudia, que são pesquisadoras também do
362 IPEA. E tem mais três bolsistas também que trabalham nessa pesquisa. Então, vou fazer
363 uma breve apresentação. Então, o objetivo, como a Marcela colocou, é realizar pesquisas
364 para apoiar o MMA na elaboração de um plano de governança ambiental com o objetivo
365 de fortalecer o SISNAMA e promover a gestão ambiental no Brasil. Ampliando a
366 participação da sociedade, das instâncias colegiais de representação e articulação
367 federativa. Então, o diagnóstico visa apoiar esse plano. Então, no momento, nós estamos
368 na fase de diagnóstico, que está prevista para terminar em julho. Então, envolve
369 pesquisas de campo. Então, 15 estados estão sendo visitados presencialmente e mais
370 uma amostra de municípios próximos. A gente procura também entrevistar a capital, mais
371 dois ou três municípios próximos da capital também para colher uma amostra de
372 depoimentos locais. E os demais vão ser entrevistados online. Estão sendo
373 entrevistados. Então, nós estamos nessa fase. Já foi feito um relatório de levantamento
374 de literatura sobre o SISNAMA. Está concluído. Nós estamos nessa fase de entrevistas
375 em andamento. Nós já fizemos visitas presenciais no Acre, Amazonas, Rondônia,
376 Alagoas, Maranhão, Pernambuco, DF, Goiás, Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina
377 e Rio Grande do Sul. E os demais estão sendo entrevistados. Também vai ser feita uma
378 pesquisa com questionários online. A gente vai tentar aplicar isso para todos os
379 municípios. O questionário já está pronto, já deve ser lançado. O Gesmar vai falar mais
380 sobre isso. E também para outros gestores que queiram também complementar. E vai
381 ser aberto para os demais gestores que queiram também colaborar com essa pesquisa.
382 Além dos estados, nós estamos fazendo entrevistas também no nível federal. Já foram
383 entrevistados aqui todas as secretarias do Ministério. O IBAMA, o ICMBio, todos já
384 tiveram entrevistas. Então, envolve o nível federal. O CONAMA também a gente pretende
385 fazer entrevistas. 0:55:07.9 Claro que não é uma pesquisa exaustiva, porque o SISNAMA

386 é muito amplo. E é o que a gente diz, é inesgotável. Inclusive, no IPEA a gente pensa em
387 transformar isso em uma linha de pesquisa. Porque o aperfeiçoamento é contínuo do
388 SISNAMA. Então, mesmo depois de terminar essa parceria, nós vamos continuar com
389 essa linha de pesquisa, buscando contribuir nessa temática. Então, o diagnóstico, ele
390 inclui todas as instâncias de governança do SISNAMA. A gente também procura saber
391 da questão da participação, controle social, do implementando dos instrumentos de
392 política pelos entes subnacionais. É previsão até julho. Então, nós já estamos, assim,
393 vários achados dessa pesquisa. Nós estamos, assim, ainda na fase de coleta de dados.
394 E a gente ainda vai consolidar isso. Mas já temos vários achados interessantes que a
395 gente vai trazer. E a gente pretende destacar dois temas que a gente acha que são
396 importantes, que é a questão do financiamento e a questão da gestão municipal. A gente
397 considera, era uma hipótese que está sendo confirmada, que são dois gargalos do
398 SISNAMA que precisam de mais esforços. O diagnóstico, ele vai trazer tantos problemas
399 e desafios, quanto boas práticas, boas experiências que os estados possam, e
400 municípios, conhecer melhor outras experiências do SISNAMA. Porque é o que a gente
401 tem visto que cada estado, ele também já tem muito o que lhe dá no seu próprio estado.
402 E, muitas vezes, não tem tempo de conhecer essas outras experiências. Então, é
403 importante essa troca. E também a questão de promover a cooperação, a coordenação
404 de políticas, tanto no nível regional, quanto temático, quanto por biomas, a gente está
405 vendo essa necessidade também. Então, é isso. No diagnóstico, a gente também vai
406 trazer...

407 **A SRª. MARCELA MORAES (Diretora do DSISNAMA)** – Por favor, quem está com o
408 microfone aberto, se puder fechar.

409 **A SRª. ADRIANA MOURA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA)** – Do
410 que vai ser os itens do diagnóstico, introdução, metodologia, questões teóricas,
411 conceituais, a gente também vai trazer. O que é governança, o que são capacidades
412 estatais que o SISNAMA busca fortalecer, etc. A evolução do SISNAMA e da política
413 ambiental nesse período de 81 a 2024. Depois, o SISNAMA no nível federal, estadual e
414 local. Trazendo, então, essas experiências com base em vários dados. O Jornal vai falar
415 que a gente está formando um banco de dados bem amplo. Trazer também dados

416 sobre... das bases de dados disponíveis de IBGE, etc. Sobre dados de uma forma mais
417 geral. Depois, questões transversais no SISNAMA, como, por exemplo, participação,
418 cooperação, questão de financiamento. Então, questões que sejam transversais, a gente
419 vai tratar também. Depois, a gente vai aplicar, ao final, a matriz bate-fofa, que é aquela
420 matriz de forças, oportunidades, desafios. Vai aplicar depois, ao final, para saber quais
421 são os principais desafios, oportunidades para a questão do SISNAMA como um todo. E
422 conclusões e recomendações. Então, isso seria parte do diagnóstico. Depois, a segunda
423 meta, que é o fortalecimento do SISNAMA, é a questão da elaboração do plano de
424 governança ambiental para fortalecimento do SISNAMA. Esse plano a gente vai elaborar
425 com base nos resultados do diagnóstico, para apoiar, principalmente do ponto de vista
426 do MMA, como que ele pode lidar com os estados, com os municípios. Então, é um plano
427 do ponto de vista do MMA em relação ao SISNAMA, mas também que vai ser útil para
428 todos os entes do SISNAMA. Essa proposta vai ser apresentada, vai ter um seminário
429 para discussão, uma proposta preliminar. E depois desse seminário, com esses achados,
430 a gente vai tirar o plano definitivo a ser publicado, previsão de conclusão até o final do
431 ano. Então, vou passar agora para o Gesmar, que vai complementar. Obrigada.

432 **A SR^a. MARCELA MORAES (Diretora do DSISNAMA)** – Gesmar, só um breve
433 comentário, antes de a gente passar um pouco para os achados. A gente vem
434 trabalhando no departamento muito com a necessidade de a gente trabalhar em políticas
435 com base em evidências. Então, um plano que surge de um gabinete é muito diferente
436 de um plano que surge de conversas pelo Brasil afora, percorrendo estados e municípios,
437 e que conta com a participação ativa da Comissão Tripartite Nacional, tanto na fase de
438 diagnóstico, quanto na fase de elaboração do plano. Esse não é um plano para uma
439 gestão. Esse é um plano que só vai fazer sentido se ele tiver uma perspectiva de
440 continuidade e que institucionalmente a ABEMA, a ANAMMA, servidores, o Ministério do
441 Meio Ambiente como um todo, se sintam identificados e que a gente possa realmente
442 avançar na perspectiva de um SISNAMA forte. Porque o SISNAMA, como sistema, ele
443 tem desafios muito diferentes de outros sistemas de políticas públicas. A gente está
444 trazendo a perspectiva do financiamento, a perspectiva da gestão municipal, da política
445 ambiental, a perspectiva da participação, das instâncias de governança. Então, eu
446 gostaria só de fortalecer a ideia de que esse é um estudo que só vai fazer sentido se a

447 Comissão Tripartite Nacional realmente se apropriar, desde agora, como um estudo
448 interfederativo, que vem para responder às nossas necessidades, e também intersetorial,
449 porque a ideia é que todas as finalísticas do Governo Federal também possam se
450 identificar com essa perspectiva de como lidar com estados e municípios. É isso.

451 **O SR. GESMAR DOS SANTOS (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA) –**

452 Obrigado a todos e todas. Obrigado, Marcela. Eu acho que, só colocando um ponto que
453 a gente partiu da metodologia de, além de analisar dados, fazer entrevistas presenciais,
454 inclusive o contato, um grande aprendizado. A gente quer agradecer a todos que nos
455 atenderam, que possam nos atender. E a outra questão é o levantamento de dados na
456 pesquisa online. Pelo simples fato de, olha, o IPEA, o Ministério do Meio Ambiente, a
457 Comissão Tripartite, as instâncias do SISNAMA, estão interessados em ouvir,
458 principalmente municípios, dados, dado que aqui tem mais facilidade. Então, a gente vai
459 pedir um apoio na divulgação do questionário online. A gente tem uma hastezinha que o
460 IPEA vai difundir. Se for possível a difusão, será muito bem-vinda. Eu quero dizer que,
461 em nome da equipe, o aprendizado é muito grande. Depois de aprender, a gente talvez
462 tenha um pouco a contribuir. Então, no lado esquerdo do primeiro slide, está mostrando
463 só que essa pesquisa, a aparência dela é um pouco feinha, a parte que a gente vai a
464 campo, próximo de 12 minutos, em torno de 18 a 20 questões. As perguntas para
465 municípios têm suas particularidades em relação a estados, em relação a governo federal
466 e em relação a outras entidades que participam do SISNAMA. Então, recolher a
467 percepção, entendendo que ela é importante e que há um que de pesquisação também.
468 Não é exatamente uma pesquisa com ação, mas ela tem um que por envolver as pessoas
469 com uma continuidade de aprendizado. Gestores, técnicos, membros do colegiado do
470 SISNAMA. O conteúdo são questões que partem principalmente da estrutura do
471 SISNAMA, da estrutura da gestão ambiental, que a gente possa retirar aprendizados e
472 como ela funciona, principalmente na questão dos municípios. Porque, olhando estados
473 e governo federal, a gente consegue ver até com informações mais diretas, ter mais
474 informações. Mas, sobre municípios, a gente tem menos, então, vamos focar bastante a
475 questão de qual é a estrutura ou as necessidades da estrutura. Problemas vistos pelos
476 locais, em cada ente. Recursos e instrumentos. Então, o recurso, a gente está falando
477 de recurso de pessoal, o que demanda mais tempo, mais esforço, em termos de fazer

478 cumprir os instrumentos da política ambiental. E recursos financeiros, no âmbito local e
479 estadual, que sugestões teriam, que dificuldades têm para acessar outros fundos. A parte
480 de fundos, a gente vai tratar especificamente nos dados secundários. Também ações
481 que implementam a participação social, a participação de outros atores que não sejam
482 somente do local. E como as pessoas percebem a parte da integração que pode ser mais
483 feita ou lacunas que são vistas pelos atores. E a aplicação está prevista, a aplicação
484 definitiva está prevista em maio e junho deste ano. A aplicação em junho e julho.
485 Divulgação, o que eu digo, mas é a divulgação fora o que o Ministério determinar. Então,
486 só lembrando, no momento, está no ar o pré-teste. A gente já pediu a alguns colegas. Aí
487 vem a aplicação efetiva. Bom, o outro ponto que a Adriana mencionou é a organização
488 de bases de dados. A gente está tendo, como falou, está no mesmo caminho da parceria
489 com o Cidade para ver algumas informações sobre dados cadastrais, dados de registro.
490 E também, aproveito nessa pesquisa, que informações estão disponíveis e que nível de
491 qualidade dessas informações o que dá para esse estudo colher, organizar e fomentar
492 melhores políticas e melhores ações e iniciativas a partir de dados secundários, além
493 desses dados primários que a gente está coletando. Então, para fazer isso, a gente está
494 verificando bases, logicamente, do MMA, do INPE, do IBGE e tantas outras que possam
495 falar, não só sobre a questão ambiental, mas sobre questões que interferem na gestão e
496 governança ambiental. Ou seja, estamos olhando dados também intersetoriais, não só
497 no ambiente, mas socioeconômicos, de produção, etc. Então, o objetivo é analisar
498 características administrativas, econômicas e sociais dos municípios, objeto do
499 programa. Bom, o programa, eu comecei a falar da base geral, que vai ter para todos os
500 municípios, mas, por demanda do secretário Capobianco, a gente está dando um recorte,
501 um foco do SISNAMA nos municípios, objeto do programa União com Municípios para
502 redução do desmatamento e incêndios florestais. Então, essa base de dados, a gente vai
503 fazer esse primeiro recorte, fazer a análise desses quatro itens que a gente menciona aí,
504 três itens, analisar as características, identificar possíveis medidas para alcance dos
505 objetivos do programa, identificar estruturas de gestão e outros aspectos que podem
506 afetar a governança ambiental e a integração dos políticos. Basicamente, a gente vai
507 pegar informações socioeconômicas, além dos estudos paralelos que a gente está
508 fazendo de diagnóstico geral e de pesquisa por questionários, e vamos procurar

509 entender, dentro do propósito do programa, o que tem de maiores fragilidades e para
510 onde, talvez, a gente pode sugerir alguns caminhos. Então, as características ambientais,
511 o perfil socioeconômico, também dos cidadãos, imaginando que as coisas acontecem em
512 função dos atores, dos interesses, dos conflitos, como prevê a legislação ambiental.
513 Então, é necessário verificar as atividades econômicas, o tipo de evolução, alguns dados
514 são de séries históricas, outros dados, principalmente os de meio ambiente, infelizmente,
515 nós não temos muita série histórica nos seus dados de registro. A gente tem pesquisa do
516 IBGE, e esse é um dos achados, 5 anos, 10 anos, talvez algumas sugestões possam vir
517 nesse sentido. Podemos ir adiante, por favor? A gente já começou listando algumas
518 coisas, especificamente da Munique, que, obviamente, as últimas informações foram
519 publicadas em 2020, com dados do ano anterior, então, esse é um exemplo de que,
520 talvez, a estrutura de pesquisa do IBGE possa contemplar uma periodicidade de menor
521 intervalo de tempo para coletar essas informações, mas a gente tem, além de pegar as
522 informações, no caso desse bloco de municípios do programa, que são 148, somando
523 depois da normalização de 2024, 148 municípios, grande maioria na Amazônia e outra
524 parte no Cerrado. Então, a gente pretende dois enfoques, um é por tamanho de
525 município, além de falar do bloco como um todo, então, além das informações sobre
526 existência de conselho, estruturação da área de meio ambiente, infraestrutura para o
527 conselho, se existe ou não, se acessou iniciativa de capacitação, se fez outro tipo de
528 capacitação, então, isso é para conselho. A gente vai verificar também, isso aí, por
529 exemplo, a gente conseguiu a base de dados de número de empregos fixos e não fixos,
530 ou seja, servidores das prefeituras. Então, a gente procura identificar se existe alguma
531 secretaria, mesmo que não haja secretaria de meio ambiente no município, que seja de
532 outra, que ela tenha alguma disponibilidade de pessoal com nível razoável de
533 qualificação para tocar as políticas ambientais, etc. Ou se é feito somente via consultoria,
534 ou que tipo de dificuldades tem nos municípios, serviços prestados, etc. Ou seja, nós
535 listamos, por enquanto, 400 e tantas variáveis. Obviamente, a metodologia de análise de
536 cluster vai possibilitar a gente selecionar próximo de 50 variáveis, e aí a gente desenvolve
537 metodologias para tentar descrever municípios mais próximos em termos de necessidade
538 de políticas em geral, e especificamente de políticas de auxílio, vamos dizer assim,
539 socorro ambiental, como a gente tem ouvido dos municípios. Podemos seguir, por favor?

540 Aqui é só para ilustrar algumas questões básicas, aí eu listo outras, e aqui é só para listar
541 que a gente achou interessante fazer um recorte, só lembrando, alguns dados são em
542 série, razoáveis de dados, outros são esporádicos, bastante esporádicos, mas a gente
543 achou interessante olhar os municípios desse conjunto 148, do Cerrado e da Amazônia,
544 para ver as características diferenciadas que tem, e se isso dialoga ou não com
545 dificuldades e com possíveis medidas de interlocução de ações integradas para o
546 combate ao desmatamento e incêndios. Além disso, a gente pretende verificar as áreas
547 contíguas, além do recorte geopolítico e de divisão de municípios, pelo lado da divisão
548 política dos municípios, e as áreas não contíguas. Há hipótese para isso, se há
549 possibilidade, por exemplo, de que nível está e se há possibilidade de ampliar as ações
550 integradas quando, por exemplo, os eventos acontecem em área contígua, em relação a
551 outras. Se há frentes, escritórios de representação do ICNbio, do IBAMA, e se eles
552 coincidem com os escritórios de representação ou postos avançados dos estados, e que
553 os municípios têm certas características e qualificações que permitem um esforço
554 conjunto maior e planejado de integração dentro dos objetivos do programa. Então, acho
555 que é isso, Adriana. A gente só pode passar o próximo aqui. Bom, só lembrando, então,
556 a área é muito grande, como tudo é grande na Amazônia, e principalmente na parte norte
557 do Cerrado. Então a população, acho que pelo fato de incluir alguns centros importantes,
558 chega a 6 milhões de habitantes que estão sendo afetados diretamente. A gente está
559 olhando também a questão da renda e, por enquanto, um dos achados que a gente achou
560 até um pouco surpreendente foi o fato de que a renda na região da Amazônia, a renda
561 média, ela apontou ser um pouco maior do que a região do Cerrado. Vamos verificar por
562 que é, inclusive checar todos os dados. Vamos verificar também as atividades extrativas
563 e outras. E como isso, a preocupação é comunidades tradicionais, indígenas, etc., por
564 município, e como isso pode ou não dialogar com a boa gestão do programa. Acho que
565 é isso, a gente tem mais a apresentar enquanto expectativas e dizer que está em
566 andamento, a base de dados já está apta para a gente utilizá-la. Outra informação aqui
567 na parte de governança, Marcela, o debate ele é muito bem aceito, quando a gente vai a
568 campo, a gente tem ouvido muita reclamação, muito elogio às equipes, o reconhecimento
569 do esforço é uma coisa que está chamado para o Ministério estar bastante presente em
570 regiões ou estados também, é uma questão importante. A visão de que na governança,

571 a área de meio ambiente no Brasil, entendendo o SISNAMA e os seus componentes, que
572 ela precisaria crescer. Essa é a hipótese de partida e que ela não foi negada ainda e que
573 os movimentos que a gente tem visto localmente, tem mostrado nessa linha. E por fim, a
574 gente tem uma série de publicações, Adriano, a gente tem uma publicação para este ano,
575 do IPEA especificamente sobre questões ambientais, no qual vai ter já uma publicação
576 nossa. A gente tem uma revista especificamente que a gente lançou agora para a questão
577 da COP pré-COP, que também para fortalecer o debate e o tema da governança está
578 sendo um quarto dos artigos submetidos, que para a gente isso é bastante grande,
579 porque são vários temas. Então é isso, a gente está bastante participando e gostando do
580 trabalho conjunto com o Ministério e agradecendo sempre a oportunidade.

581 **A SR^a. MARCELA MORAES (Diretora do DSISNAMA) –** Muito bem.

582 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - TITULAR (Secretário Executivo do MMA) –**

583 Bom, não sei, a palavra está aberta, só queria fazer um comentário geral, de que acho
584 que todos nós aqui temos um desafio de fato implementar o SISNAMA. O SISNAMA é
585 um certo sonho do nosso patriarca Paulo Nogueira Neto. Ele sempre fala do SISNAMA,
586 mas o SISNAMA, na prática, ele nunca foi implementado como um sistema que fosse
587 capaz de articular os entes federados com a participação da sociedade, da academia, do
588 setor privado, na busca do aprimoramento da gestão ambiental no Brasil. Então é um
589 esforço que todos nós temos que fazer. O CONAMA acho que é um conselho muito
590 exitoso, ainda nós olhamos em termos de conselhos de produtividade. O CONAMA é
591 muito produtivo. Aliás, interessante, há algum tempo atrás, um amigo nosso, o Kelman,
592 fez um... Escreveu um artigo criticando a nova configuração do Conselho Nacional de
593 Recursos Hídricos. E ele dizia que os conselhos com muitos participantes, ele criticava
594 justamente o fato do conselho estar partindo para um... Não, não, o Recursos Hídricos,
595 o Guilherme, quantos são? Quantos? Então, ele criticava esse, alegando que os
596 conselhos muito amplos são os menos produtivos, porque são espaços de debates
597 infundáveis e pouca objetividade. Aí nós escrevemos um artigo respondendo a ele e
598 usamos o exemplo do CONAMA, que é o maior conselho, que tem o maior número de
599 participantes e comparado com os demais conselhos, CNPE, de proteção energética,
600 todos os conselhos, é o mais produtivo em termos de resoluções elaboradas por ano ao

601 longo de todo o seu período de funcionamento. Então, o CONAMA, de fato, é um exemplo
602 que eu acho positivo, que vem avançando muito. A gente tem um trabalho muito intenso,
603 com um apoio muito importante da ABEMA e da ANAMA, [ininteligível], todos os seus
604 corregimentários são fundamentais para isso. E a ideia desse estudo partiu justamente
605 dessa constatação da necessidade de entender exatamente o que seria uma ação
606 proativa, positiva, que pudesse apoiar o fornecimento do CONAMA, a partir das
607 experiências já existentes, temos muitas experiências existentes no Brasil, muitos
608 resultados positivos em vários municípios e estados, mas não temos isso de forma
609 generalizada no país. Temos agora Marçal, na discussão da resolução sobre as
610 autorizações de desenvolvimento, essa vez, temos visto essa discussão sobre
611 capacidade de municípios, até onde vai, como é que você garante qualidade no trabalho
612 dos municípios que são atores fundamentais na implementação das políticas. E esse
613 recorte que foi lembrado aqui, nós temos 5.570 municípios no Brasil. Estamos
614 trabalhando em todos eles, o levantamento é para todos os municípios. Mas nós
615 queríamos fazer um recorte naqueles municípios que são prioritários para o controle do
616 desmatamento e incêndios, são os 148 que foram citados aqui, para justamente fazer
617 uma aproximação de como ações conjuntas de aprimoramento da política podem gerar
618 resultado num prazo relativamente curto, e nós acreditamos muito nisso. Esse programa
619 União com Municípios, que o André Lima vem implementando, pela Secretaria de
620 Controle do Desmatamento, tem se baseado fundamentalmente nisso, como articula com
621 os municípios e estados, evidentemente, para que esses municípios, juntamente com os
622 estados, mas particularmente os municípios, tenham maior capacidade de planejamento
623 da situação e intervenção na realidade. O mesmo tem sido feito, não sei se todos
624 conhecem, com o programa desenvolvido pela Secretaria de Mudança do Clima, para
625 apoiar os municípios a elaborarem planos de adaptação municipais. Há uma outra
626 vertente que a gente adotou também, uma seleção que os próprios estados fazem, entre
627 seus municípios, selecionando um grupo de municípios por estado, em todos os estados,
628 que vão receber um apoio técnico e recursos para elaborar os seus planos de adaptação.
629 Não é possível fazer com 5.500 estados e municípios, mas será possível fazer com, acho
630 que, 400 municípios. Agora aumentou, não é? Era 260, mas agora conseguiram mais
631 recursos para aumentar. Mas era inicialmente 260 e agora está crescendo o número de

632 municípios. Serão 10 municípios por estado e agora está aumentando. Então, são
633 exemplos de ações que a gente pode fazer para aprimorar a parceria entre os entes
634 federados na melhoria da gestão ambiental em todos os níveis. Então, esse estudo do
635 IPEA busca trazer dados, números, entender exatamente qual é a realidade, quantos
636 municípios têm conselhos, estados municipais funcionando, quantos têm estrutura, qual
637 é a estrutura que esses municípios têm em frente e qual é o desafio que eles têm que
638 enfrentar, como é que a gente pode criar um processo de fato de valorização e melhoria
639 da gestão. Por isso que a Marcela fez uma observação que ia reforçar. Esse é um
640 processo de longo prazo. Nós não podemos seguir com interrupções. Por exemplo, a
641 própria Tripartite. Ficamos um tempo pausa reunindo regularmente, voltamos a reunir na
642 Comissão Tripartite regularmente, graças ao trabalho da equipe, da Marcela e sua
643 equipe, e temos aí cada vez mais reuniões da Tripartite com conteúdo, com proposta,
644 com agenda, não simplesmente uma reunião genérica. Hoje, nós já tratamos da
645 compensação ambiental, que é um problema seríssimo do ponto de vista da eficiência
646 de um uso de um recurso potencial significativo, como disse o Mauro Pires, infelizmente
647 é significativo porque ele decorre de impacto não mitigável e é obrigatório a
648 compensação, o IBAMA que afere isso junto com a Secretaria de Estado, mas é todo
649 esse problema, como é que a gente destina esse recurso com eficiência, porque a
650 compensação visa fortalecer o SNUC, o SNUC é federativo, não é só as sociedades
651 federais, é o conjunto das sociedades federais, estaduais e municipais, porque todas elas
652 em conjunto têm um papel importantíssimo. E agora aqui o Estudo do IPEA e na
653 sequência aqui hoje dois temas extremamente significativos. Então, antes de passar
654 então a palavra para o Alexandre, eu queria solicitar ao IPEA por ter aceito esse desafio
655 e já trazer primeiros números para a gente analisar para que a gente possa de fato tornar
656 essa ação permanente nos próximos governos para que siga esse trabalho para de fato
657 termos um SISNAMA realmente digno do mundo.

658 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Secretaria Nacional de Povos e**
659 **Comunidades Tradicionais e Desenvolvimento Rural Sustentável – SNPCT) –**
660 Maravilha. Obrigado, secretário. Bom dia mais uma vez, quem está falando aqui
661 Alexandre Pires, Diretor de Combate à Desertificação. Eu queria parabenizar o SISNAMA
662 pela iniciativa e o IPEA pelo ter topado esse desafio, porque de fato é um desafio. Fiquei

663 aqui pensando que eu já fui membro da sociedade civil de um conselho de um município
664 de 11 mil habitantes. O desafio que é ser conselheiro no Conselho Municipal de Meio
665 Ambiente nos municípios pequenos, sobretudo no contexto do semiárido, não é simples.
666 É bem complexo e eu acho que esse estudo certamente vai fazer apontamentos bastante
667 interessantes para o fortalecimento do sistema. O que eu queria com essa fala além de
668 parabenizar e achar que isso de fato vai ser um processo muito positivo para o
669 fortalecimento do nosso sistema, eu queria levantar uma bola aqui como um talvez uma
670 segunda rodada dessa parceria nossa do MMA com o IPEA que é como que a gente faz
671 um outro recorte secretário olhando para os municípios num contexto de maior gravidade
672 do processo de desertificação e enfrentamento à seca no semiárido. Nós estamos
673 elaborando o Plano Nacional de Combate à Desertificação, vou falar daqui a pouco sobre
674 isso, mas paralelo a esse processo nós estamos fazendo um processo de territorialização
675 e priorização dos municípios do semiárido brasileiro que teriam uma situação mais grave
676 para que a gente possa orientar como o plano deve ser inicialmente implementado. Então
677 nós criamos junto com a equipe do INSA, do Instituto Nacional do Semiárido, vinculada
678 ao MCTI, com toda essa base que a Marcela faz referência de dados científicos que
679 ajudem a gente a ter informação técnica e científica para orientar a implementação da
680 política o Observatório da Caatinga de Desertificação e a área de geoprocessamento do
681 BNDES. Então nós definimos quatro critérios centrais para priorização dos municípios
682 para a implementação do Plano de Ação Brasileiro de Combate à Desertificação. O
683 primeiro critério é o critério de área suscetível à desertificação definido pela Convenção
684 das Nações Unidas da qual nós somos signatários como país. O segundo critério é de
685 degradação da terra e aí a gente tem dados do INPE, do CEMADEN que mostram para
686 a gente esses dados. O terceiro critério é do índice integrado de secas que mostra o ciclo
687 de secas ao longo do tempo e o quarto indicador que é o indicador socioeconômico e é
688 de pobreza rural. Nós estamos usando a base de dados do MDS que define o que é
689 pobreza e extrema pobreza para as ações do governo federal nessa iniciativa. E nós
690 descobrimos que dentro dos mais de 1500 municípios do semiárido brasileiro 284 estão
691 em situação de muito alta prioridade. São quatro categorias muito alta, alta, média e
692 baixa. E talvez se a gente consegue num recorte nessa mesma lógica do pacto pelo
693 combate ao desmatamento com os municípios a gente pensar qual é a situação dos

694 conselhos municipais de meio ambiente desses 284 municípios do semiárido que olham
695 e como é que a gente pode buscar essa estratégia de uma ação articulada com o sistema
696 nacional de meio ambiente com o SISNAMA isso pode ser algo bastante interessante
697 para fortalecer também a governança da política nacional de combate à desertificação e
698 mitigação dos efeitos da seca. Nós estamos só aguardando o BNDES fazer a publicação
699 dessa nota técnica, a gente revisou a semana passada e já encaminhamos para eles,
700 junto com o pessoal do INSA e do Observatório da Caatinga, para que a gente tenha
701 esse dado de forma um pouco mais concreta e possa oferecer para os governos dos
702 estados, para os municípios semana que vem a gente vai instalar a Comissão Nacional
703 de Combate à Desertificação que é um espaço também para a gente pensar nessa
704 governança da política nacional mas acho que esse brilhante trabalho que o IPEA está
705 fazendo para a gente pode ser com esse recorte pode também contribuir muito com esse
706 nosso processo. Parabéns. Obrigado.

707 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - TITULAR (Secretário Executivo do MMA) –**
708 Excelente, com certeza. Muito lembrado, [ininteligível]. Depois é o Thomás.

709 **A SRª. ANNA FLÁVIA DE SENNA FRANCO - SUPLENTE 1 (Secretária Executiva**
710 **Adjunta do MMA) –** Eu queria comentar em relação que o Alexandre colocou e a
711 metodologia desenvolvida pelo IPEA é que esse trabalho ele tem a riqueza de levantar a
712 situação de governança de uma forma geral e ele abre a possibilidade de fazer diversos
713 recortes com problemas e questões ambientais então se você conhecendo a estrutura
714 de governança, a capacidade de reação dos municípios e dos estados a um problema
715 isso permite que você faça recorte com qualquer outra situação, como a desertificação
716 como foi essa que vai ser piloto, que é o desmatamento e eu levantaria também a questão
717 dos impactos, dos efeitos das mudanças do clima que é uma questão que a gente vê aí
718 para o futuro e a gente sabe que tem municípios com maior condição de vulnerabilidade
719 do que outros e esse recorte mas com a situação de governança é super importante para
720 a gente saber com mais segurança como vamos atuar frente a essas situações críticas,
721 mas é só o que eu queria levantar, o trabalho não vai se esgotar na possibilidade de fazer
722 diversos recortes a gente tomou como referência o recorte com desmatamento, mas

723 tendo o mapeamento de governança qualquer recorte será possível e é para isso mesmo
724 que o trabalho foi feito é para ver como atuar frente a essas vulnerabilidades ambientais.

725 **O SR. THOMAZ MIAZAK DE TOLEDO – SUPLENTE 1 (Presidente da Companhia**
726 **Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB)** – Bom, minha primeira intervenção
727 aqui é reforçar, bom dia a todos, parabenizar o Ministério por essa iniciativa, acho que
728 vai ser super interessante, mas eu fiquei com dúvida, acho que justamente nessa última
729 intervenção da Ana Flávia, é porque a gente falou de alguns temas específicos, na
730 verdade toda discussão que a gente faz de qualquer ferramenta acaba abordando o
731 SISNAMA então assim, como a gente está, qual a governança para gente enfrentar todos
732 os desafios que a gente tem na agenda ambiental. E aí, na apresentação e também na
733 intervenção do secretário Capobianco, se destacou desmatamento, combate a incêndios,
734 Amazônia, Encerrado, estava na apresentação, tinham 15 estados, São Paulo está lá um
735 dos 15 estados, eu fiquei com dúvidas, talvez, não sei se é o caso da gente ter acesso
736 ao questionário, o questionário já está pronto a gente ter acesso ao questionário para
737 gente compreender como é que o estudo vai se desenrolar, não sei se nessas etapas
738 para cada um dos temas que a gente pode abordar, porque diversos temas para gente
739 avançar, temas que são da agenda ambiental lá no território do estado de São Paulo,
740 então desenvolvimento urbano, conversão de uso do solo, que a gente, que tem uma
741 interface muito grande entre municípios e estados, e que seria bom a gente ver se isso
742 já está contemplado nessa primeira etapa, ou se isso fica para um segundo momento,
743 saber também se, pelo que eu entendi, ele vai ser aplicado só em maio o questionário,
744 então ninguém foi entrevistado ainda, mas se vocês já identificaram quem são os
745 colaboradores para resposta ao questionário, principalmente no estado de São Paulo,
746 para gente ajudar também a divulgar e a mobilizar os atores para contribuição no estudo,
747 então quem já foi e quem ainda será mobilizado, está bem? Acho que é mais essas
748 dúvidas.

749 **O SR. GESMAR DOS SANTOS (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA)** –
750 Acho que estão bastante alinhadas as falas aqui surgiram três novos desafios, vamos
751 dizer assim e a gente vai discutindo ao longo dos trabalhos, né. Dando a resposta aqui
752 para o Thomaz, aqui da CETESB, então a gente está chamando de pré-teste, é bem-

753 vinda, se tiver disponibilidade de pessoas em São Paulo também, de municípios, da
754 própria CETESB, ajudar no pré-teste. Só lembrando, o foco é captar informações sobre
755 governança, questões de gestão que interferem na governança. Então, sobre problemas
756 ambientais, tem algumas perguntas para gente entender em termos de macrotemas, e
757 sobre estrutura de gestão também temos macro, então é normal isso. Por quê? Pesquisa
758 com a Munique, ela procura uma série de outras perguntas que a gente esperava
759 encontrar respostas, mas sim, a gente está disposto a enviar para outras pessoas no pré-
760 teste, depois do pré-teste a gente pega sugestões que vieram, se o formulário está
761 captando aquilo que a gente está querendo, se a interpretação dos agentes está sendo
762 parecida, se falta algo que seria bastante importante a gente avalia, e por isso é que em
763 maio vem a fase de divulgação ampla. Essa divulgação, sim, vai ser via IPEA, ao mesmo
764 tempo com o Ministério do Meio Ambiente solicitando a Marcela para nos ajudar, junto
765 com a Confederação dos Nacionais Municípios. De novo, nós falamos com o Marçal
766 algumas vezes, vamos pedir novamente um outro recorde futuro que a gente espera,
767 municípios associados à ANAMA. Então é a pergunta que vem, também é mais um
768 momento que a gente vai ter a divulgação. Então acho que é isso, é só lembrando uma
769 coisa. A gente entra com a expectativa de que as bases de dados secundárias, pesquisa
770 do IBGE, já que ela chega a todos os municípios, ela nos traga as informações, só que
771 de antemão a resposta pode ser, olha, o número de não-respostas, de negação ou de
772 dúvidas é X, e esse X pode ser próximo do Y, que é a outra metade que respondeu.
773 Então assim, existe essa realidade de algumas perguntas, principalmente na parte de
774 salinhamento, a gente não ter respostas para o conjunto todo de municípios. É diferente
775 para as questões estaduais e da União, mas já é uma realidade, como eu mostrei nos
776 itens anteriores aqui.

777 **A SR^a. ADRIANA MOURA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA)** – Vou
778 fazer só um breve comentário, o Alexandre Pires colocou a questão da desertificação e
779 outros temas, que é justamente um dos pontos que a gente está identificando, é que o
780 sistema tem que realmente avançar para cooperar em temas, em temas, em questões
781 regionais, em questões que envolvem biomas. Então, como o secretário Capobianco já
782 identificou esse recorte que foi trabalhar, tem outros como desertificação, então é um dos
783 pontos que a gente está vendo, não é só o recorte político, estadual, os municípios, etc.,

784 e como se articulam com o nível federal, mas assim, como pode ser promovida essa
785 cooperação por regiões, por temas, por biomas. Agora assim, são inúmeros, então não
786 vai dar para a gente trabalhar com todos os recortes, com todos os temas, a gente está
787 identificando que isso é necessário.

788 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - TITULAR (Secretário Executivo do MMA) –**

789 Para esclarecer, e conforme a Ana destacou, uma vez a base feita, os recortes poderão
790 ser feitos por cada agente interessado, certo? Ou seja, uma vez as informações
791 levantadas. Nós fizemos esse pequeno recorte para os 148 municípios, porque já existe
792 uma ação sendo implementada pelo Ministério do Ambiente e outros órgãos do governo
793 federal, no âmbito do PPCDAM, que é o Programa de Prevenção e Controle do
794 Desmatamento da Amazônia e do PPCerrado, para apoiar esses municípios que se
795 inscrevem nesse programa. Então, esses dados que o IPEA está coletando, permitem
796 entender qual é a capacidade instalada no município. A gente não sabe qual é a
797 capacidade instalada no município. Tem capacidade instalada? Tem equipe? Tem
798 secretaria? Tem conselho? Quais são os canais onde pode haver cooperação? Mas foi
799 apenas uma forma que nós fizemos, ao mesmo tempo que se faz a pesquisa em geral,
800 já tivesse uma análise dirigida para facilitar e dar mostra da potencialidade desse
801 trabalho. Então, Alexandre, aquela história, o recorte, certamente vocês farão,
802 juntamente com o apoio do IPEA, mas quem faz o recorte, vocês farão o recorte. Agora,
803 uma questão que eu acho que foi colocada, sobre talvez o conhecimento do questionário.
804 Eu não sei como é que isso está, porque essa parceria com ANAMA, a ABEMA, a
805 Associação Nacional dos Municípios, eu não pensei bem. ANAMA tem um número de
806 filiados, a Associação Nacional dos Municípios tem mais filiados que a ABEMA? Como é
807 que é isso? Eu não percebo. ANAMA, ANAMA, ANAMA, ANAMA, ANAMA...

808 **O SR. MARÇAL CAVALCANTI - TITULAR (Presidente da ANAMMA Nacional) –**

809 ANAMA tem 1.200 filiados. Agora, municípios de base pequena, que é isso que a gente
810 tem conversado muito com o Gesmar e com toda a equipe do IPEA, para exatamente,
811 Gesmar, a gente conseguir chegar nesses municípios atendidos numa ação mais
812 próxima do que está. Porque nós temos vivenciado muitos municípios que não têm
813 estrutura e se arvoram no direito de querer licenciar. E aí é onde nós estamos com uma

814 ação, e a apresentação do Antônio Marcos, daqui a pouco, vai ser exatamente nessa
815 linha, de mostrar a tripartite, que todos nós já sabemos, como é que nós vamos tentar
816 implementar nos municípios a ação de conselho, de fundo, de toda uma ação, para que
817 possamos ter em todos os municípios a estruturação, que é o caso dos 148 da Amazônia
818 e do Cerrado, que é uma boa oportunidade do Ministério colocar uma das exigências
819 para chegar ao recurso, essa questão de fomentar a estruturação do sistema. E com a
820 parceria com a ABEMA, que eu tiro que a gente tem um relacionamento em Alagoas
821 muito tranquilo, a gente tem avançado. Amanhã já vai estar havendo um pré-fórum de
822 todos os secretários. Eu e o Gino, era para nós estarmos presentes, mas nós, como
823 tínhamos o CONAMA e essas discussões que estão sendo postas aqui, nós vamos
824 remarcar uma nova com a nossa presença para efetivar também essa questão do
825 SISNAMA em Alagoas.

826 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - TITULAR (Secretário Executivo do MMA) –**
827 Não, tudo bem. Então, eu acho que agora o questionário poderia ser facultado para todos
828 os interessados aqui da tripartite, e talvez pudéssemos combinar, não sei se... Aí eu estou
829 interferindo, metendo a colher na tigela, não sei se... A cumbuca, como é que é o negócio,
830 a mão na cumbuca, não sei se eu... Mas, de repente, o IPEA poderia compartilhar o
831 questionário com os integrantes da tripartite e dar um prazo de uma semana para ter
832 algum retorno, algum comentário. Talvez fosse útil, não sei se o questionário já está
833 sendo implementado ou não, fiquei um pouco na dúvida. Entendi que vai começar em
834 maio, não é isso?

835 **O SR. GESMAR DOS SANTOS (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA) –**
836 Em maio.

837 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - TITULAR (Secretário Executivo do MMA) –**
838 Então, talvez pudesse dar oportunidade para alguns interessados colaborarem, talvez.
839 Acho que é o que o Thomaz levantou, não foi isso, Thomaz?

840 **O SR. GESMAR DOS SANTOS (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA) –**
841 Com certeza. Na verdade, o que a gente fez é para algumas pessoas, basicamente, o
842 pré-teste, idealmente, você faz uma amostra aleatória, quando é para um grande público,

843 como é uma pesquisa dirigida e há público definido já, a gente selecionou, mais ou menos
844 assim, pessoas ou representações federais, municipais, estaduais, sociedade civil, etc.,
845 e fizemos esse chamado. Então, foi uma amostra mais ou menos qualificada, por quê?
846 Qualificada não, definida em função da quantidade de pessoas acessíveis que estavam.
847 Mas a gente pode, com certeza, disponibilizar para todos aqui da Comissão Tripartite. E
848 a ideia era que a resposta, o que a gente chama de definitivo, depois desse primeiro
849 agora, que vai ter sugestões, a gente faz algumas modificações, é que o definitivo viesse,
850 sim, para cá, para todos. Aí, a gente pensou assim, poxa, mas só dirigente, é melhor a
851 gente ir devagar e pedir uma contribuição só. Mas se vocês quiserem agora, a maioria,
852 nós vamos pedir de novo depois. Só esse detalhe aqui. Podemos ficar para quem deseja
853 contribuir agora com a elaboração ainda, definição do formulário, ajustes do formulário,
854 e, com certeza, a todos, como a todos do Conama, quando estiver tudo pronto em maio.

855 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - TITULAR (Secretário Executivo do MMA) –**
856 Não, vamos fazer isso, porque eu acho que a Comissão Tripartite tem um especial
857 interesse nisso. Então, Marcelo, acho que é importante dar uma oportunidade. Eduardo,
858 o Marcelo já falou, queria falar de novo. Eu quero o reforço do Marcelo.

859 **O SR. EDUARDO TAVEIRA – TITULAR (Secretário de Meio Ambiente do Amazonas**
860 **- ABEMA) –** Não só para reforçar, e eu acho, Capobianco, que você já abordou o tema
861 que eu ia falar, a respeito do questionário, reforçando o que o Thomaz tinha colocado,
862 mas também aproveitar para colocar a própria ABEMA à disposição, porque, obviamente,
863 ANAMA tem vários contatos diretos com os municípios, mas, considerando as realidades
864 da Amazônia e do Cerrado também, em geral, as secretarias de Estado têm uma relação
865 muito próxima com as secretarias, porque, em geral, ainda mais no caso do Amazonas,
866 as secretarias têm uma dependência muito grande do Estado na execução e no
867 financiamento das suas políticas. No Estado do Amazonas, por exemplo, já tem dez anos
868 que nós temos um fórum permanente dos secretários municipais de meio ambiente, que
869 se encontram a cada seis meses, são duas reuniões anuais, com as pautas, inclusive
870 com o apoio muito grande da associação que representa os municípios, inclusive com
871 uma secretaria executiva da associação do município dedicada a apoiar as secretarias e
872 os secretários de meio ambiente. Então, acredito que, dessa perspectiva, a gente pode

873 e já se coloca à disposição para apoiar não só no questionário, mas para fazer com que,
874 obviamente, os questionários sejam respondidos. É assim que a gente tem trabalhado,
875 inclusive, para ajudar e auxiliar as secretarias a preencher os sistemas nacionais, seja
876 de resíduos sólidos, seja os dados da Agência Nacional de Águas, e a gente tem tido um
877 certo êxito na resposta dos municípios em relação a isso. Isso é mais essa situação.

878 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - TITULAR (Secretário Executivo do MMA) –**
879 Excelente. Marçal, por favor.

880 **O SR. MARÇAL CAVALCANTI - TITULAR (Presidente da ANAMMA Nacional) –**
881 Marçal Cavalcanti e ANAMA. Aqui, Gesmar, nós estamos à disposição, como tivemos
882 nessa fase inicial. Aqui ANAMA tem ANAMA São Paulo, ANAMA Rio, ANAMA Paraíba,
883 ANAMA Lagos, presente aqui, já para o que precisar. Se quiser já disponibilizar para o
884 pessoal da ANAMA poder contribuir, nós estamos à disposição. E agradecer a você,
885 Marcela, Ana Flávia, Capô, a ministra Marina, porque o DSISNAMA tem feito,
886 efetivamente, nós dos municípios, nós nos sentimos parte da ação do Ministério, diferente
887 de outras ilhas do Ministério. Aqui, nessa sua ação, nós queríamos que alguns
888 secretários, diretores do MMA tivessem a sua disponibilidade e o seu apreço, o seu
889 carinho e a sua responsabilidade, Capô. Para com os municípios. Então, a gente fica
890 muito agradecido. Todas as vezes que estamos aqui, não cansamos de agradecer a
891 ministra por ter aberto esta porta, porque foi com essa ação, com o desmonte do que nós
892 pegamos, do que nós temos hoje. Então, isso é uma diferença de quem foi expulso com
893 briga e tapa do CONAMA voltar e voltar efetivamente a participar. E participar não é só
894 estar de longe, é participando efetivamente, votando e contribuindo para que o SISNAMA
895 seja efetivamente implementado nesse país.

896 **O SR. THOMAZ MIAZAK DE TOLEDO – SUPLENTE 1 (Presidente da Companhia**
897 **Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB) –** Rapidinho, para fechar aqui. Talvez
898 só uma sugestão de ter uma nota, para quando for circular o questionário e aplicar, uma
899 nota explicando que tem objetivo geral e objetivo específico. Porque na apresentação
900 aqui, eu confesso que me perdi um pouco. Principalmente lá em São Paulo, onde a gente
901 vai ter áreas urbanas envolvidas no questionário, acho que era importante eles
902 entenderem os objetivos gerais. Está bom?

903 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - TITULAR (Secretário Executivo do MMA) –**
904 Excelente. Marcela.

905 **A SRª. MARCELA MORAES (Diretora do DSISNAMA) –** É só trazer um elemento que
906 nós iniciamos esse processo com o IPEA em 2024. Esse ano, nós fomos procurados
907 também pelo BID e pela FGV, FGV-SES, que também está desenvolvendo um estudo
908 sobre governança ambiental focada nos entes subnacionais, em especial nos estados.
909 Eles haviam produzido uma publicação de indicadores de governança ambiental há cinco
910 anos atrás e agora eles estão adaptando esses indicadores aos entes subnacionais e
911 vão aplicar, porque a ideia é ter uma continuidade de uma série de acompanhamento dos
912 indicadores de gestão ambiental dos estados. Então, só para dizer que são processos
913 que estão ocorrendo paralelamente, mas que a gente vem dialogando, já fizemos
914 reuniões entre as equipes e que o processo também que está sendo construído pelo BID
915 e com a FGV podem aportar também informações importantes para a construção desse
916 plano que a gente vai fazer. Então, a gente está tentando trabalhar com sinergia, mas
917 para vocês não se surpreenderem, porque são duas iniciativas diferentes, uma delas nos
918 procurou e a outra foi de iniciativa do Ministério para a gente construir esse plano.

919 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - TITULAR (Secretário Executivo do MMA) –**
920 Muito bem, então, obrigado mais uma vez a todos, a IPEA por ter desenvolvido esse
921 trabalho conosco. Tenho certeza que vai trazer muitos resultados importantes para nós.
922 Passamos ao próximo item. Critérios e parâmetros para definição de município como
923 papel institucional para executar a política ambiental de forma eficaz, ou seja, tem tudo a
924 ver com o que nós acabamos de discutir. Está certo? Então, ANAMA ou Antônio Marco
925 Barreto, vice-presidente nacional da ANAMA, com a palavra.

926 **O SR. ANTONIO MARCOS BARRETO (1º Vice-Presidente da ANAMMA Nacional) –**
927 Bom dia. Bom dia a todos. Eu estava aqui justamente observando todas as colocações e
928 o que o colega estava justamente exemplificando dessa necessidade que hoje tanto o
929 Ministério quanto outras entidades, outros órgãos, precisam entender como é que
930 realmente criar um diagnóstico dessa gestão ambiental brasileira. E aí fiquei
931 raciocinando, Marcelo, sobre aquela nossa conversa, quando nós tivemos inicialmente
932 essa iniciativa de trazer essa discussão, porque o que a gente vai apresentar aqui nada

933 mais é do que eu posso chamar até de um rascunho, secretário, daquilo que a gente
934 vivencia no nosso dia a dia como gestor público ambiental municipal. O que a gente
935 encontra como dificuldade nos municípios e a necessidade que nós temos para fazer, de
936 fato, com que essas políticas públicas possam avançar de verdade no nosso país. Porque
937 há um entendimento muito claro, e isso é que eu tenho aqui diversos colegas secretários
938 municipais de meio ambiente que estão aqui hoje, tanto temos aqui de capital, está aqui
939 o Ellison João Pessoa, temos ali o nosso querido Marcelo de São Paulo, temos a Lília da
940 Paraíba, Campina Grande. Enfim, a gente vem observando ao longo do tempo que não
941 adianta nós pensarmos em uma gestão pública ambiental brasileira de qualidade, de
942 eficiência, e isso aí realmente eu fico muito feliz em estar participando desse debate, se
943 nós não olharmos com peculiaridade para a gestão territorial. Isso nós todos já sabemos,
944 nós já entendemos, e só precisamos achar um caminho prático. E aí vem essa sua fala,
945 que foi excepcional, com essa retomada da Tripartite, a coordenação e a direção da
946 Marcela, que vem sendo extremamente parceira das entidades e de todos os entes, para
947 a gente entender de que maneira prática a gente pode chegar a esse objetivo, de fato,
948 de construir uma política pública que possa enxergar a gestão territorial como um pilar
949 importante e fundamental para que a gente possa construir tudo isso que a gente vem
950 falando aqui. Porque fundo clima, nós temos aí diversas políticas públicas, nós temos a
951 adaptação de mudanças do clima, ou seja, empenhos que o Ministério vem
952 desenvolvendo como política pública brasileira, mas é importante a gente olhar como é
953 que os municípios estão prontos para receber isso. E, por muitas vezes, a gente não tem
954 um município capaz. Então, eu trouxe aqui alguns exemplos de critérios que alguns
955 colegas nossos, em discussão durante algum tempo, a gente fez um rascunho, não que
956 seja essa a verdade, mas que possa aqui iniciar uma discussão para que a gente possa,
957 talvez, encontrar um caminho prático para melhorar a gestão ambiental municipal. Porque
958 eu acredito, estou na vida pública há pelo menos 25 anos, e já passei por diversos
959 municípios, já estive também no Estado, e não só eu, como diversos colegas aqui, e a
960 gente enxerga cada vez mais esse limo em que muitos entendimentos equivocados
961 enxergam o SISNAMA como um processo de um condomínio hierárquico, quando, na
962 realidade, ele é cooperado conforme manda a legislação e muitos não entendem isso. E
963 aí você tem os agentes políticos, como todos somos aqui, agentes públicos, que não

964 conseguem interpretar isso de maneira... ...de maneira eficaz e que, por muitas vezes,
965 transforma as secretarias municipais de meio ambiente em cabides de emprego, e aí,
966 sem nenhuma qualificação técnica e aí sofre a União, sofre os estados e os municípios
967 muito mais. Então, a gente trouxe aqui alguns exemplos o que poderia vir a ser, não é
968 que é, o que poderia vir a ser, em plena discussão com todos, aqui na Tripartite, iniciando
969 por esse documento, em que a gente pode começar, então, a levantar essa discussão e
970 tentarmos trazer essa solução prática, né. Então, pode passar, por favor. Ali, a gente
971 preparou quatro pilares importantes, a justificativa e a infraestrutura. O que seria, o que
972 nós poderíamos infantizar como realmente um órgão ambiental municipal capaz, né.
973 Então, a gente vai justificar aqui, rapidamente, um pequeno texto, a importância da
974 infraestrutura, a setorização, que é importante que cada órgão municipal implemente e a
975 gente tem hoje, a maioria dos órgãos ambientais municipais, a maioria dos municípios
976 são pequenos municípios, que eu trouxe alguns exemplos aqui, mais à frente. E o quarto,
977 que é, de fato, o que a gente vem discutindo aqui, que talvez seja o mais importante,
978 dentro desse conceito, que é uma equipe técnica multidisciplinar especializada, né. É o
979 que, de repente, vai romper e que pode romper esse grande gargalo que nós temos hoje,
980 da falta de estrutura dos órgãos ambientais municipais, né. Pode passar? Então, nós
981 temos, justamente inclusive com princípios e até com os objetivos do desenvolvimento
982 sustentável, está aqui o nosso Marcelo Marconi, que é especialista nessa área, pode
983 exemplificar, né. Nós temos o décimo-sexto princípio, que fala sobre instituições eficazes
984 paz, justiça e instituições eficazes. Eu gosto muito desse décimo-sexto objetivo, porque
985 ele traz, realmente, esse fundamento do que nós precisamos avançar com uma política
986 pública ambiental brasileira, com essa gestão territorial de qualidade. A própria lei a lei
987 que cria a Política Nacional de Meio Ambiente, que cria o SISNAMA, ela traz, justamente
988 essa proposta que considera essa diversidade social, econômica que hoje permeia no
989 nosso país, mas, justamente, buscando a atuação do órgão ambiental municipal que, por
990 muitas vezes, ele nem distinto é, vocês imaginem. Às vezes, o que mais a gente encontra
991 é uma Secretaria de Meio Ambiente, que ela fica ali que você tem a Secretaria de Obras
992 e Serviços Públicos e Meio Ambiente, Secretaria de Defesa Civil e Meio Ambiente,
993 Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente. Então, por muitas vezes, você já não tem a
994 forma distinta de um órgão ambiental municipal percorrer esse caminho e que haja um

995 entendimento, principalmente do agente político, de que é importante que o seu
996 município, que a sua gestão territorial, possa ter um órgão ambiental distinto, que cuide
997 das políticas públicas ambientais, né. Pode passar, por favor? Então, você tem lá, como
998 eu falei, as ODS, o 16º, a ODS 16 você tem também o fortalecimento das instituições
999 você tem uma estrutura, você tem um órgão ambiental municipal distinto e com uma boa
1000 estrutura, certamente você tem um fortalecimento das instituições você tem a diversidade
1001 de competências, nós temos aí o advento da própria lei da LC 140, que descentraliza o
1002 controle ambiental para os estados e municípios e, por muitas vezes, você traz, como a
1003 gente falou anteriormente, um limo nessa situação, porque você tem uma legislação
1004 federal, você tem uma proposta de uma lei que traz essa obrigação de descentralização
1005 de governança ambiental territorial e você não tem, por muitas vezes, a estrutura. Então,
1006 o fortalecimento disso é importante e, também, o fortalecimento do conceito de ter uma
1007 equipe técnica multidisciplinar realmente eficaz. Com certeza, é isso que vai fazer com
1008 que as áreas possam facilitar a inclusão da sociedade civil, que, por muitas vezes, você
1009 encontra uma Secretaria de Meio Ambiente que nem Conselho de Meio Ambiente tem
1010 que não segue aqueles parâmetros importantes da LC 140, que dá, justamente, a
1011 competência do município de implementar o controle os instrumentos de controle
1012 ambiental em seu território. Pode passar? O que a gente chama de infraestrutura. Nós
1013 temos aqui um exemplo, um case de sucesso de uma prefeitura que eu fui Secretária de
1014 Meio Ambiente há pouco tempo, que é a prefeitura de Itaguaí, uma prefeitura, é uma
1015 cidade, uma região portuária do Rio muitos conhecem. Então, a gente, sobre a
1016 infraestrutura física, lá nós tínhamos uma sede muito ampla ficava numa casa com muitos
1017 cômodos. Isso foi um trabalho de convencimento ao prefeito, de ele entender que era
1018 importante uma cidade, mesmo uma cidade relativamente média no estado do Rio de
1019 Janeiro, que é uma cidade com 120 mil habitantes, mas numa região portuária, uma
1020 região que tem atividade econômica, realmente utilizando recursos naturais a todo tempo
1021 e que precisa colaborar no processo de controle não só pela atividade portuária, mas
1022 também por outras atividades, como agricultura, como atividade de serviço. Então, esse
1023 órgão ambiental, essa estrutura física excepcional, uma casa com vários cômodos, onde
1024 a gente conseguiu setorizar todos os setores necessários para uma gestão pública
1025 eficiente, além de um jardim sensorial, de uma horta orgânica ou seja, um local realmente

1026 onde podia-se falar de políticas públicas ambientais e territoriais com eficiência técnicos
1027 com equipamentos e móveis confortáveis, porque a gente precisa olhar, eu sempre
1028 costumo dizer que uma gestão pública ambiental Marçal, eficaz no território, e não só no
1029 território, a gente, principalmente no território, porque é assim, é conhecido as prefeituras,
1030 realmente elas não investem é muito difícil você ter orçamento realmente robusto, e aí
1031 você, por muitas vezes, precisa partir para esse convencimento do que é o princípio da
1032 máscara de oxigênio, sabe, Marçal? O princípio da máscara de oxigênio é aquele que a
1033 aeromoça vem lá e faz, porque se você há uma despressurização, você coloca primeiro
1034 a máscara em você, depois você coloca em quem você ama ou na pessoa que precisa
1035 do lado. Então, o órgão ambiental municipal, ele precisa ter uma infraestrutura boa para
1036 cuidar de todo o seu território. Não adianta você ter um órgão ambiental municipal sem
1037 equipamento, sem frota, com técnicos desmotivados, realmente não funciona. Pode
1038 passar? Ali, nesse exemplo, nós tínhamos, inclusive, na parte de baixo da casa, um
1039 centro de capacitação e educação ambiental, onde envolvíamos toda a sociedade,
1040 comunidade, além dos técnicos, também alunos, academia gabinete separado por
1041 setores. Pode passar, por favor? Setores a gente chama um organograma, um
1042 organograma competente. Então, ali, um exemplo, por exemplo dos setores definidos
1043 com funções específicas de auxílio à governança, que pode ser implementado por
1044 normas municipais, por legislação, por decreto, por resolução, aonde você cria um
1045 organograma eficiente, aonde você tem ali o licenciamento ambiental, fiscalização e pós-
1046 licença, mudanças climáticas, aí são as agendas o jurídico é importantíssimo, um órgão
1047 ambiental municipal ter um departamento jurídico, além da procuradoria do município,
1048 porque, muitas vezes, na procuradoria do município, você não tem profissionais
1049 especializados do direito ambiental. Pode passar? E aí você tem, dentro do
1050 licenciamento, nessa setorização, a emissão dos instrumentos de controle ambiental,
1051 mudanças climáticas, dentro dessa setorização, a gente tem as agendas ambientais,
1052 todas as agendas a marrom, a cinza, a verde, o fomento à arborização urbana, quando
1053 é uma cidade com essa necessidade, enfim. Administrativo, controle de entrada e saída
1054 de informações, controladoria interna, apoio a licitações, controle de fundos interlocução
1055 com os conselhos, ali você tem também a parte onde você administra os conselhos, a
1056 gestão de pessoas, em cima, fiscalização e pós-licença, acompanhamento de denúncias,

1057 verificação de condicionantes, ou seja, um controle realmente eficaz da gestão territorial,
1058 como ela deve ser. Assim como muitos Estados implementam em suas políticas públicas
1059 e na execução dos instrumentos de controle, dos instrumentos de controle, o município
1060 também tem essa autonomia e pode ser capaz em desenvolver dessa maneira. O
1061 jurídico, emissão de pareceres jurídicos internos elaboração e proposições de leis,
1062 decretos, resoluções, auxílio ambiental para a procuradoria municipal, que eu acabei de
1063 falar aqui agora, pode passar? Equipe técnica multidisciplinar, pode passar. Esse ponto
1064 é um ponto que nós temos que ter um olhar com muito destaque. Por quê, gente? Nós
1065 temos aí, eu trouxe aqui um exemplo de uma resolução que nós tínhamos no Estado do
1066 Rio de Janeiro, na qual essa resolução, ela foi revogada, depois disso, e esse tipo de
1067 metodologia não foi avante, mas sempre funcionou muito bem, inclusive na época com
1068 Manama, nós fomos contra a retirada dessa metodologia, porque a gente, eu acredito
1069 muito nisso, e isso por resultado prático de que uma equipe multidisciplinar, ela precisa
1070 ter uma regra, elaborando e trazendo as opções de acordo com os territórios, de acordo
1071 com os municípios, de acordo com o porte de cada município e a necessidade das
1072 atividades que você tem a controlar nos municípios, as atividades econômicas
1073 principalmente, e também o fomento das próprias agendas e a capacidade de absorver
1074 justamente projetos como esse que o IPEA vem implementando, de criar um diagnóstico
1075 questionando outras políticas públicas que você precisa de uma equipe realmente eficaz
1076 para absorver e criar a sua capacitação, então ali tem um exemplo, nessa tabela não sei
1077 se todos conseguem entender, você tem a característica da atividade do
1078 empreendimento, então você tem na parte de cima lá o não industrial, era assim que
1079 funcionava, a agropecuária e o industrial, o não industrial são todos os serviços, etc.
1080 Então você tem ali o impacto médio-alto e você também tem o pequeno, que o pequeno
1081 ele vem para uma característica já de quase todos os municípios que licenciam, então eu
1082 não trouxe como exemplo, mas você tem ali o exemplo, por exemplo, do município. Então
1083 Angra dos Reis a categoria é um município grande então que tem muitas atividades,
1084 então o número de profissionais são 4 para médio e 10 para alto impacto, ou seja, impacto
1085 das atividades econômicas a serem controladas através dos instrumentos de controle
1086 ambiental, que são os licenciamentos ambientais. Então você tem ali Aperibé, que já é
1087 um município pequeno, que trazia dentro desse critério, dentro dessa tabela, um número

1088 de dois profissionais capacitados, técnicos com formação acadêmica adequada a essas
1089 atividades, e também treinamentos, etc. Então você tem dois para médio impacto, dois
1090 para alto impacto e você tem justamente essa distribuição de acordo com as atividades.
1091 Então você vem lá com a agropecuária também 2, médio impacto e alto impacto 3,
1092 industrial 2 profissionais e alto impacto 3 profissionais. Então ali é um exemplo de como
1093 funcionava essa tabela através dessa resolução. Pode passar, por favor? Então logo
1094 cada município fluminense, ele já saberia quantos técnicos ele deveria ter para cada
1095 necessidade para licenciar em quais disciplinas também ele deveria buscar nessa coisa
1096 de ter uma equipe multidisciplinar para exercer essa função do licenciamento. Vejam que
1097 nós estamos falando sobre os instrumentos de controle ambiental, que é o controle do
1098 licenciamento, não de outras agendas que ainda é necessário, que são as agendas de
1099 fomento que são as agendas ambientais também de projetos, de captação de recursos,
1100 etc. Então, num caso que nós temos ali não industriais, exemplificava-se sobre esse nível
1101 de competência acadêmica, técnicos então você tinha arquiteto, biólogo, engenheiro
1102 ambiental, engenheiro civil, engenheiro florestal, engenheiro sanitarista, geólogo, não
1103 que essa fosse a grande realidade, mas ela mostrou ao longo do tempo de que era pelo
1104 menos um norte a ser seguido. Hoje não existe um norte. A própria legislação, a LC 140,
1105 fala o quê? Conselho, fundo e equipe técnica capacitada, correto? Mas que equipe
1106 técnica capacitada? Então, quando você cria um norte de acordo justamente com o que
1107 você tem sobre os dados, os diagnósticos que são apresentados por várias entidades,
1108 nós temos aí o próprio IBGE que traz essas informações por região, agora o IPEA está
1109 aí se empenhando também nesse mesmo trabalho. Então, a gente começa a entender o
1110 que nós temos hoje de atividades predominantes nesses territórios. As industriais ali,
1111 como exemplo, você tem biólogo, engenheiro ambiental, engenheiro civil e assim vai.
1112 Agropecuária, biólogos, geógrafos, geólogos, engenheiros agrícolas, engenheiros
1113 agrônomos, e vejam que é um negócio tão interessante porque quando você coloca isso
1114 numa norma, numa resolução de conselho, você fomenta também o próprio mercado de
1115 trabalho. Por muitas vezes a gente tem esses profissionais que estão exercendo outras
1116 funções hoje em todo o Brasil porque nós não temos um fomento que parte como política
1117 pública para que esses profissionais possam fazer parte de uma equipe técnica
1118 qualificada, que possam trabalhar de fato para atingir esse resultado. Essa modalidade,

1119 aos nossos olhos, ela se mostrava mais assertiva. Eu sempre entendi assim inclusive a
1120 própria resolução que substituiu essa resolução que é a Conema 92, ela já está para ser
1121 revista para que os próprios conselheiros do Conema já estão pedindo de volta esse
1122 critério, essa metodologia. Por quê? Quando esse critério saiu da metodologia, da própria
1123 resolução, Thomaz, o que aconteceu? Hoje nós temos uma grande preocupação, é uma
1124 pena não ter ninguém aqui do Estado do Rio de Janeiro, das SEAS nós temos lá o
1125 procurador que faz parte da ABEMA também, o procurador-geral, o Quintanilha, que a
1126 gente discute muito isso, que está acontecendo um descontrole, ou seja, houve uma
1127 proposta para que o município assumisse o que era de impacto local e aquilo que ele
1128 decidia que iria licenciar, secretário, e ao mesmo tempo ele não se preparou porque não
1129 há uma metodologia como existia antes que era um critério para que ele pudesse
1130 realmente construir. Então, o município de São Gonçalo, que tem igual ao município,
1131 basicamente é o dobro do município que hoje eu estou secretário de meio ambiente, que
1132 é São João de Meriti, que tem 500 mil habitantes. Itaguaí tinha 120 mil habitantes, agora
1133 temos 500 mil habitantes. Estou num município com 500 mil habitantes. Então, assim,
1134 qual é a diferença de um método, de qual é a equipe técnica que eu preciso ter numa
1135 cidade com 100 mil habitantes, numa cidade com 500 mil habitantes, numa cidade com
1136 1 milhão de habitantes, numa cidade com 11 mil habitantes? Então, nunca houve de fato
1137 uma linha, um norte para que a gente pudesse seguir isso e construir isso como política
1138 pública importante para fortalecer os órgãos ambientais municipais. E olha que o agente
1139 político secretário, ele por muitas vezes, ele enxerga desta maneira. Ele não entende que
1140 o secretário técnico que chega lá, senta com ele, o prefeito, o chefe do executivo, a
1141 importância dos instrumentos de controle ambiental como gestão do seu território, ou
1142 fomento às agendas ambientais que possam trazer capacidade para absorver recursos
1143 como o que foi agora liberado do Fundo Clima. O que adianta se a maior parte dos
1144 municípios brasileiros, nós estamos aqui agora falando sobre, por exemplo, a Amazônia,
1145 a maior parte dos municípios, eles não têm uma infraestrutura porque, por muitas vezes,
1146 não se visualiza dessa maneira, de que há importância de ter uma equipe técnica
1147 realmente eficiente que possa construir uma gestão territorial com qualidade. Se enxerga,
1148 por muitas vezes, como a Secretaria de Meio Ambiente ou o órgão ambiental municipal,
1149 quando tem, como simplesmente uma oportunidade para colocar lá quem não deu para

1150 agregar lá na Secretaria de Obra, quem não deu para colocar numa outra secretaria que
1151 é visto na política de governança mais importante. Então, não precisamos acabar com
1152 isso. Então, talvez a gente enxergar um norte para que a gente possa criar uma
1153 metodologia, pode vir a ser um caminho. É aqui o início de uma discussão. Então, tem
1154 ali uma proposta que seria, entendendo a realidade, e aí o secretário falou muito bem
1155 sobre essa peculiaridade do Conselho Nacional, porque uma coisa é você chegar num
1156 Estado, você reunir os prefeitos ou pegar um prefeito e mostrar a ele a importância de
1157 um órgão ambiental municipal consolidado. Outra coisa é você ter uma resolução do
1158 Conama, que mostre um norte, em que você possa sentar com o prefeito e dizer assim,
1159 isso aqui é uma norma federal, é uma norma de um Conselho Nacional. Então, você tem
1160 com isso um apoio muito importante da gestão pública federal, que possa mostrar isso
1161 de maneira mais assertiva, de maneira mais clara para o gestor municipal, para o chefe
1162 do executivo municipal. Então, a ideia seria, entendendo que nós temos hoje mais de
1163 5.500 municípios, o Conama estabeleça uma quantidade mínima de técnicos, levando-
1164 se em consideração a população, tipo de atividades licenciáveis para que o município
1165 seja declarado capacitado para os licenciamentos. Isso hoje é um papel que vem sendo
1166 exercido pelo Conselho Estadual, e que, por muitas vezes, vem trazendo uma série de
1167 conflitos, porque os conselhos estaduais, por muitas vezes, eles equivocadamente, em
1168 alguns casos, não todos, eles implementam aquilo que é importante para o Estado,
1169 criando critérios, como foi essa resolução, que tinha uma metodologia clara e que foi
1170 revogada e entrou uma resolução que trouxe um embaralho no Estado, deixando o
1171 município quase que sem segurança jurídica para atuar com esses instrumentos de
1172 controle. Então, por muitas vezes, a gente observa que a importância que você tem com
1173 esse papel, de que hoje os conselhos exercem, até por prerrogativa em que nós da
1174 ANAMA entendemos equivocada, dos conselhos estaduais criarem, implementarem e
1175 criarem a regra das tipologias que devem ser licenciadas pelo município, quando a
1176 atividade local, ela é uma gestão propriamente daquilo que é impacto e, por muitas vezes,
1177 tira-se a autonomia, em alguns casos, nós temos aqui que falar francamente, estamos
1178 aqui entre um colegiado, talvez o mais importante, que é a Comissão Tripartite, por muitas
1179 vezes o Estado vai lá e usurpa dessa competência. Ou o município entra na competência
1180 do Estado porque, às vezes, não entende bem o seu papel. Eu tenho aqui, por exemplo,

1181 agora recentemente, Justiça impede que Guaramiranga fiscalize e emita licenciamento
1182 ambiental. Porque quando acontece isso, entra outra fase de poder, que é a Justiça.
1183 Nesse caso aqui foi uma decisão, atendendo o pedido do Ministério Público do Ceará, e
1184 que determina ainda que o município de Guaramiranga se abstenha de nomear, dar
1185 posse ou permitir o exercício de 17 cargos comissionados. A ação civil, a ação aqui nesse
1186 caso, ela foi impetrada pelo Ministério Público e aceita pela Justiça, porque foram criados
1187 cargos nesse município sem atribuições técnicas. Simplesmente superintendentes de
1188 licenciamento, mas sem uma atribuição técnica. E, por muitas vezes, para agregar e
1189 colocar comissionados que não tinha como colocar na Secretaria de Saúde, que não
1190 tinha como colocar porque aquela Secretaria foi para uma outra área. Então, a gente vai
1191 enxergando esses imbróglios acontecendo e a Justiça, que é uma outra esfera de poder,
1192 vindo aqui e dizendo, ó, então não tem licenciamento. Quando a gente, dentro do
1193 Executivo e dentro do próprio Legislativo, podemos assumir esse protagonismo, porque
1194 ele é nosso, de construir essa política pública realmente eficaz e criar um norte. Porque
1195 nós estamos falando, o senhor falou, sobre o desmatamento, o grande trabalho que o
1196 André vem fazendo. Mas como desenvolver isso como política pública, com critérios onde
1197 possa se diminuir? Vocês estão conseguindo isso? Vocês estão conseguindo? É algo
1198 assim, realmente, é um feito que eu posso chamar de heroico, porque não é fácil. A gente
1199 entende isso. Mas com as estruturas que a gente encontra nos municípios da Amazônia,
1200 por exemplo. Nós estivemos lá, eu e Marçal, em Porto Velho, em reunião na conferência,
1201 e a gente enxerga realmente como é precário, como os municípios não entendem o seu
1202 papel. Então, é por isso que a gente está pensando, de fato, em trabalhar muito, firme,
1203 para melhorar esses critérios. Pode passar, por favor. Estou terminando já. Por exemplo,
1204 esse seria uma proposta, seria uma ideia, esse é um rascunho. Então, exemplo,
1205 municípios com menos de 20 mil habitantes, que é a maioria dos municípios brasileiros.
1206 Pelo menos três técnicos da seguinte formação. Biologia, Engenharia Florestal e
1207 Engenharia Ambiental. São três disciplinas bem abrangentes que podem ajudar muito.
1208 Municípios que sofrem interferência marítima, com pelo menos um oceanógrafo. Eu fui
1209 secretário de meio ambiente do município de Mangaratiba, o paraíso de Mangaratiba, e
1210 lá eu montei uma equipe técnica multidisciplinar e fiz questão de ter um oceanógrafo na
1211 minha equipe, porque nós estávamos tratando, inclusive, de recursos hídricos, mar,

1212 cachoeira, riso, extremamente rico. Itaguaí também, com a mesma característica, só que
1213 um pouco maior. Municípios que têm atividade de agricultura, pelo menos um engenheiro
1214 agrícola e um engenheiro agrônomo. Você tem, às vezes, municípios... Nós estávamos
1215 falando aqui agora do trabalho que está sendo feito aí para se desenvolver essa coisa da
1216 desertificação. E, por muitas vezes, os municípios que estão nessas áreas não têm um
1217 profissional com essa capacidade técnica para fazer, talvez, uma avaliação no seu
1218 território da qualidade do solo, da qualidade do tipo de vegetação que possa... Então,
1219 quando você tem um município estruturado, mesmo pequeno, com característica de que
1220 alguém tem o norte, volto a dizer, esse norte não existe no Brasil hoje. A não ser quando
1221 os conselhos estaduais, que foi o caso do Rio de Janeiro, promoveu a Conema 42, que
1222 foi revogada e que hoje sofre, como resultado prático, isso já tem dois anos, da grande
1223 insegurança jurídica que os municípios fluminenses estão tendo, em virtude da
1224 revogação dessa resolução que nós estamos trabalhando para retornar esses modelos.
1225 Então, municípios que possuem atividade pecuária, pelo menos um veterinário, um
1226 zootecnista, e olha que nós estamos, ainda assim, falando do crescimento econômico do
1227 país, secretário, porque nós estamos falando de disciplinas, de profissionais, que por
1228 muitas vezes hoje estão exercendo, volto a dizer, outras atividades, às vezes no
1229 comércio, não que isso não seja, mas que poderiam estar trabalhando na sua área com
1230 o fomento de uma política pública como essa, de dizer, olha, aqui você precisa ter, no
1231 mínimo, um zootecnista para cuidar desse tipo de território. Municípios que possuam
1232 atividade de extração mineral, por muitas vezes não ser competência do município o
1233 licenciamento, mas ele é consultado, conforme resoluções da INM, então você tem, no
1234 mínimo, um geógrafo e um geólogo para poder opinar na liberação dessas autorizações.
1235 Pode passar. Exemplos de municípios com 100 mil habitantes, aí a quantificação, pelo
1236 menos 20 técnicos de formação em biologia, engenharia florestal e assim vai. Exemplos
1237 de municípios com 1 milhão de habitantes, que aí, nesse caso, são mais as capitais, com
1238 pelo menos 50 técnicos, com formação em biologia, engenharia florestal. Florestal,
1239 Engenheiro Ambiental, Engenheiro Sanitarista, Veterinário, Geólogo, Geógrafo. É
1240 impressionante, secretário, porque no Rio de Janeiro houve uma época em que eu tinha
1241 no meu município de 40 mil habitantes, mas com um intenso patrimônio de floresta, um
1242 município que tinha 350 mil quilômetros quadrados, mas com apenas 15 quilômetros de

1243 área urbana. Então, uma intensidade gigante de vegetação e eu tinha quatro engenheiros
1244 florestais na minha equipe multidisciplinar no município e o Estado tinha dois na
1245 superintendência da chamada Costa Verde, que trazia Angra, Mangaratiba, Rio Claro,
1246 Paraty, apenas dois. Então assim, mas por quê? Porque isso não há um norte a ser
1247 seguido, não há uma pesquisa, não há um diagnóstico que mostre a necessidade dessa
1248 infraestrutura de uma equipe multidisciplinar. Pode passar? Qual metodologia?
1249 Enquadramento dos municípios, categoria pequeno, médio e grande. A gente tem o
1250 próprio porte que dá isso, então você tem um critério que pode ser extraído já de dados
1251 que já existem do próprio IBGE e que agora estão sendo ratificados e melhorados ainda
1252 com a UIPE.

1253 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - TITULAR (Secretário Executivo do MMA) –**
1254 Excelente a apresentação, estou preocupado com o tempo.

1255 **O SR. ANTONIO MARCOS BARRETO (1º Vice-Presidente da ANAMMA Nacional) –**
1256 Estou terminando. A próxima agora já termina. Pode passar? As vantagens.
1257 Licenciamentos mais técnicos, maior controle ambiental, banco de dados, licenciamento
1258 ambiental a nível Brasil, instituições mais fortes, segurança ambiental e a segurança
1259 jurídica, contratação de técnicos ao invés de loteamento de cargos. Então essa é uma
1260 proposta, muito obrigado, era isso. Desculpa aí o tempo que eu...

1261 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - TITULAR (Secretário Executivo do MMA) –**
1262 Obrigado, muito obrigado doutor Marcos. Acho que vocês, estou entendendo que
1263 ANAMA gostaria de propor uma resolução com ANAMA para tratar desse tema, não é
1264 isso? A gente está trazendo essa primeira discussão para ver se esse é o melhor
1265 caminho. A gente acredita inicialmente. Esse é um tema super importante, afônico. Minha
1266 voz já não é muito boa, mas eu gostaria de, não sei se alguém... Precisa ser aprofundado.
1267 Mas é um bom debate. E uma forma de fazer um bom debate pode ser por via de uma
1268 proposta, de uma resolução. Mesmo que, ao fim e ao cabo, o conselho opte por outro
1269 caminho, potencialmente uma proposta de resolução pode ser um caminho para isso.
1270 Tem várias, inclusive, opções que poderiam ser consideradas consórcios de municípios.
1271 A Ana vem lembrando. Que poderia articular, de repente, consórcio de municípios para
1272 garantir uma maior gestão territorial um pouco mais ampla e troca de experiências e

1273 intercâmbio entre técnicos. Tem vários modelos que a gente poderia pensar. Esse é um
1274 tema realmente relevante. Talvez a ANAMA pudesse propor isso. Uma proposta de
1275 regulamentação, uma resolução para regulamentar esse tópico. Porque esse tópico
1276 sempre volta. Qual é a capacidade do município efetiva para autorizar desmatamento?
1277 Embora a lei proíba o município autorizar desmatamento, eu sei que o Marçal não suporta
1278 esse dispositivo legal. Embora o Código Florestal não permita que o município autorize
1279 desmatamento fora da área urbana, ele não concorda com isso. Mas, tirando essa parte,
1280 sempre volta ao tema, se o município tem capacidade instalada para fazer uma boa
1281 avaliação. Nós tivemos problemas seríssimos com a questão da mineração, autorização
1282 de garimpo, que muitos estacionados do Pará andam delegando para municípios,
1283 autorização de larga garimpeira. E os municípios vinham licenciando. Teve um caso do
1284 município de Itaituba que licenciava áreas de 500 hectares de garimpo. Era um impacto
1285 brutal. Mas o município não tem capacidade instalada. Mas qual é o critério de
1286 capacidade instalada? Essa questão do critério de capacidade instalada, como se define
1287 isso? Eu não sabia dessa resolução do Conselho Estadual do Rio de Janeiro, que
1288 estabeleceu, inclusive, por categoria, por tipo, número. Eu não sei se é por aí, mas
1289 considero um debate extremamente salutar. De repente, só para concluir, ANAMA
1290 poderia ter essa iniciativa de colocar esse tema para debate no Conama. Antes de você
1291 responder, eu queria passar para o Thomaz, aí você responde.

1292 **O SR. THOMAZ MIAZAK DE TOLEDO – SUPLENTE 1 (Presidente da Companhia**
1293 **Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB) –** Não só fazer a conexão dos dois
1294 temas, acho que era importante ter o diagnóstico, para ter um olhar nacional da
1295 discussão. Lá no estado de São Paulo a gente fez essa discussão. A gente já está na
1296 terceira versão da resolução Consema, que fala sobre municipalização. Ela foi aprovada
1297 em janeiro de 24, janeiro do ano passado. Passou quatro anos discutindo no Consema.
1298 Esses critérios, com um olhar aplicável para o estado de São Paulo. A nossa realidade
1299 lá no estado de São Paulo. Acho que vai ser um desafio muito grande fazer uma
1300 regulamentação a nível nacional desses parâmetros. Mas é fundamental a gente ter
1301 alguns indicadores, ter o diagnóstico, para ele poder fazer uma discussão qualificada,
1302 senão é difícil.

1303 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - TITULAR (Secretário Executivo do MMA) –**
1304 Inclusive, essa foi a motivação da parceria com o IPEI. Exatamente esse. Afinal de
1305 contas, o que nós estamos falando? Nós não sabemos qual é a realidade. Então, essa
1306 foi a motivação. E evidentemente, Thomaz, se o Conama vier a discutir isso, certamente
1307 ele vai ter que ter uma decisão que seja compatível com também as ações dos estados.
1308 Não é algo que possa ser feito de cima para baixo no nível federal. Então teria que fazer
1309 uma compatibilização muito importante com esses esforços, por exemplo, da Secretaria
1310 do Meio Ambiente de São Paulo, do Conselho Estadual do Meio Ambiente de São Paulo
1311 e de outros. Esse nível de compatibilizar.

1312 **O SR. ANTONIO MARCOS BARRETO (1º Vice-Presidente da ANAMMA Nacional) –**
1313 Eu acredito que é justamente esse o ponto crucial. Não é que a ANAMA... A ANAMA já
1314 está com essa proposta, com essa discussão, com o que a gente vivencia nos municípios.
1315 Mas eu acredito que para se chegar a uma resolução a nível federal, uma resolução do
1316 Conama, primeiro nós temos que difundir bastante isso aqui nesse colegiado. Porque eu
1317 acho que a Comissão Tripartite pode ser muito importante para que daqui saia, não uma
1318 proposta secretária, na minha opinião, não sei se todos concordam, a opinião ANAMA, a
1319 ANAMA está iniciando esse debate. Mas ela não é a dona da verdade. Ela é a entidade
1320 que representa a gestão territorial. Mas ainda assim, como o próprio Thomaz falou, já
1321 existem estados que estão discutindo, inclusive a médio prazo, que é quatro anos, enfim.
1322 Mas a gente precisa criar uma diretriz mais prática. E eu acho que seria mais assertivo,
1323 não a ANAMA levar uma proposta para o Conama, mas a Comissão Tripartite levar uma
1324 proposta, talvez, de um norte, do que é um município realmente estruturado, com a
1325 peculiaridade justamente do diagnóstico que pode ser criado através da pesquisa.
1326 Porque até a própria pesquisa, ela encontra dificuldade, porque não encontra, às vezes,
1327 um município que tenha uma secretaria de meio ambiente, ninguém diz em lugar nenhum,
1328 ninguém lê em lugar nenhum, de que um município tenha uma secretaria de meio
1329 ambiente é importante para uma governança de qualidade no território. Então, talvez aqui
1330 seja um grande desafio para todos nós começarmos essa discussão.

1331 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - TITULAR (Secretário Executivo do MMA) –**
1332 Antônio, eu acho que realmente é um desafio. Nós temos a pesquisa em andamento, nós

1333 vamos ter resultados ao longo do ano aqui com elementos importantes, tem as
1334 experiências, São Paulo está tendo a experiência lá do Concema, certamente tem outras
1335 experiências, mas do ponto de vista de processo, eu não vejo, de minha parte, eu não
1336 vejo nenhum problema na ANAMA provocar isso por meio de uma proposta, porque o
1337 sistema do Conama prevê esse encaminhamento. Você tem uma proposta, a Comissão
1338 analisa o mérito, o mérito não, analisa a pertinência e tal, e ela entra em Câmara Técnica
1339 e aí é uma discussão, pode demorar o tempo que for necessário para ser debatido,
1340 discutido e amadurecido. Não sei se na Comissão de Partidos teria um encaminhamento,
1341 porque não é bem essa a forma como o Conama opera. Eu não repito, não vejo nenhuma,
1342 aliás, vejo até com bons olhos a ANAMA, que é a maior interessada, representando
1343 municípios, em propor essa discussão. Nós não estamos a propor uma resolução, não
1344 significa que vai aprovar amanhã e depois de amanhã, não significa, ao contrário,
1345 significa que ela vai ser um espaço que esse debate vai caminhar objetivamente. Eu acho
1346 que valeria a pena, mas aí depende de vocês.

1347 **A SR^a. MARCELA MORAES (Diretora do DSISNAMA)** – Capô, só para interagir, eu
1348 acho que vocês também podem trazer a continuidade disso aqui para a tripartite, a gente
1349 pensar na linha de uma recomendação antes de uma resolução, para testar o debate
1350 público sobre isso, e caminhar para o Conama, que também a gente teria que pensar se
1351 já seria uma resolução, se a gente avançaria com uma recomendação, isso vem sendo
1352 um pouco discutido. Mas, enfim, acho que uma resolução pode ser interessante mesmo,
1353 mas a gente amadurecer a proposta, o documento, como isso ficaria sistematizado. E eu
1354 acho que uma das coisas muito potentes da tripartite é o compartilhamento de
1355 experiências. Então, a gente saber da experiência do Rio de Janeiro, do São Paulo, a
1356 ABEMA fazer um levantamento de como isso está dentro dos estados. Então, a gente
1357 fortalecer o diagnóstico que está sendo feito para o IPEA, com esse olhar, levantamento
1358 de documentação, o DSISNAMA pode apoiar na organização desses documentos, apoiar
1359 ANAMA, a gente fazer uma força-tarefa, para que a gente consiga avançar na perspectiva
1360 de uma regulação.

1361 **O SR. ANTONIO MARCOS BARRETO (1º Vice-Presidente da ANAMMA Nacional)** –
1362 Exatamente isso. A Marcela se expressou muito melhor do que eu nesse caso. É criar

1363 aqui uma discussão, que eu acho que é um colegiado, não que vá criar uma norma, não
1364 é isso, mas que traga talvez um melhor entendimento para seguir possivelmente para
1365 uma resolução, acho eu. Assim como nós, ANAMA nesse caso já não trouxe para cá a
1366 proposta da resolução da compensação ambiental municipal, que é uma coisa muito
1367 direcionada ao ente municipal. Então, os critérios, etc., a gente está apresentando uma
1368 proposta para uma resolução do CONAMA. Só que quando se trata de uma estruturação
1369 de órgãos ambientais municipais, que são gestão territorial, que fazem parte da política
1370 pública do Estado e, sequentemente, do Brasil, acho que aqui é um lugar onde a gente
1371 pode justamente difundir essas experiências, colocar as dúvidas e, a partir daí, sim,
1372 buscar. Mas ANAMA está firme no propósito de iniciar esse debate, como iniciamos aqui.

1373 **O SR. GINO CÉSAR MENESES PAIVA (Secretaria de Estado do Meio Ambiente e**
1374 **dos Recursos Hídricos de Alagoas)** – Alagoas. Primeiro, eu queria parabenizar
1375 ANAMA, que eu sempre achei que ANAMA tinha dificuldade de avançar nessa pauta.
1376 Essa discussão que a gente tem feito é muito importante. A gente que coordena os
1377 conselhos de paz, a pauta não avança muito, porque a gente é preso em algumas
1378 discussões como essa. Uma atualização como São Paulo e Alagoas, a gente fez uma
1379 atualização da normativa. Acho que é importante a gente avançar mais e a gente pode
1380 trabalhar aqui, são três vertentes, aqui pela ABEMA, como dirigente da ABEMA também,
1381 acho que é importante a gente fazer esse levantamento na ABEMA, como está estado
1382 por estado, para a gente avançar. Ver como é que a gente vai tratar isso, nessas
1383 discussões, acho que aqui a gente não vai pegar, pinçar aqui algumas situações que a
1384 gente na forma como foi implementado, como foi proposto. Vou dar um exemplo só, eu
1385 não tenho geólogo, eu preciso de dez geólogos em Alagoas e só tem um no órgão. Para
1386 você ter uma ideia. A gente precisa trabalhar um pouco mais essa pauta, mas eu acho
1387 que a gente precisa urgente pautar no CONAMA, a sugestão do secretário aqui, essa
1388 questão, se é a recomendação, mas a gente pode trabalhar nesses dois itens, seja a
1389 questão do CONAMA e seja ajudando no debate dos conselhos estaduais. Por isso que
1390 eu acho que a gente tem que estar aberto a essa relação com a ANAMA, a ABEMA e
1391 trabalhar isso nos estados, como a gente tem feito em Alagoas. Eu acho que Alagoas é
1392 sujeira a relação que a gente tem construído. ANAMA, ABEMA, entre o governo do
1393 estado e as secretarias municipais.

1394 **O SR. MARÇAL CAVALCANTI - TITULAR (Presidente da ANAMMA Nacional) –**
1395 Marçal Cavalcanti, presidente da ANAMA. Isso é uma verdade absoluta. Em Alagoas, só
1396 12 municípios licenciam. Só um licencia pleno, que é o meu, com toda a estruturação.
1397 Geólogo, engenheiro, toda uma estruturação com lei municipal, com a autorização da
1398 ANAMA. Exatamente. Mas foi por conta disso que nós chegamos. A minha proposta é
1399 que nós tiramos aqui um grupo de trabalho já para a resolução do CONAMA, onde
1400 efetivamente e aí sim, eu acho que Thomaz e a ABEMA e a ANAMA são os dois
1401 precursores para que possam tentar chegar nesse entendimento. A resolução de São
1402 Paulo, Rogério Menezes e André Strucker trabalharam efetivamente na condição de nós
1403 chegarmos e chegamos com muitos objetivos dentro do estado de São Paulo. Hoje o
1404 Marcelo Marcondes é o novo presidente da ANAMA. Está nessa mesma vertente de
1405 montar essa parceria, desse entendimento, com a secretária, com a CETESB, com todos.
1406 Então a gente tem que buscar daqui, Marcelo e Mônica, uma solução, mas o foro para
1407 essa discussão, eu tenho entendimento, o nosso entendimento é que possa ir para o
1408 CONAMA, para as câmaras técnicas, no AIR, já numa proposta, entendeu, Adalberto,
1409 para que a gente possa avançar e lá discutir. Você vendo, porque esse tamanho
1410 transcontinental do Brasil, com as peculiaridades que todos os estados têm, a gente vai
1411 tentando ajustar e montar essa ação, que ela é muito bem-vinda e ela já pode ser mais
1412 um avanço e é uma luta de novo, uma pauta da tripartite para que a gente possa botar
1413 ela na condição de andar.

1414 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - TITULAR (Secretário Executivo do MMA) –**
1415 Excelente, eu acho que essas duas últimas apresentações aqui, aliás, as três últimas,
1416 mostram como tem desafios enormes, mas tem caminhos também. E acho que nós temos
1417 que avançar de forma consistente e vamos trabalhar isso.

1418 **O SR. MARÇAL CAVALCANTI - TITULAR (Presidente da ANAMMA Nacional) –** Nós
1419 vamos fazer uma provocação pedindo a ABEMA para trazer São Paulo, Paraíba, trazer
1420 toda uma diversidade, a nossa em Alagoas é um exemplo que pode gerar ainda muitos
1421 frutos. Vou já, antes do final, a ata de Alagoas, dessa comissão tripartite, para botar nos
1422 anais da tripartite, que aí é um trabalho do Gino, é um trabalho nosso, da ANAMA local,
1423 do CNB, do IBAMA, do Instituto de Meio Ambiente, onde nós estamos tentando fazer

1424 convergência e afastar a briga política e trazer o que tem convergido para que a gente
1425 possa avançar. E em Alagoas, a gente tem dado uma ação e um exemplo disso. Então,
1426 aqui é a proposta que nós vamos fazer, é uma ação e uma parceria com a ABEMA
1427 primeiro, para esse grupo andar, gente, e a gente tentar tirar alguma ação, entendeu,
1428 Welson?

1429 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - TITULAR (Secretário Executivo do MMA) –**
1430 Muito bem, então, na sequência, vamos para o último, porém, não menos importante,
1431 aliás, importantíssimo, temos desafios do combate à desertificação e mitigação dos
1432 efeitos da seca no contexto das mudanças climáticas. Está a palavra, então, para o
1433 Alexandre Bezerra Pires, da Secretaria Nacional do Povo de Mudanças Tradicionais. Por
1434 favor.

1435 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Secretaria Nacional de Povos e**
1436 **Comunidades Tradicionais e Desenvolvimento Rural Sustentável – SNPCT) –** É que
1437 a Adalberto está querendo dar a palavra.

1438 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - TITULAR (Secretário Executivo do MMA) –** Ah,
1439 desculpa, Adalberto.

1440 **O SR. ADALBERTO FELÍCIO MALUF FILHO (Secretário - Secretaria Nacional de**
1441 **Meio Ambiente Urbano e Qualidade Ambiental) –** Eu só queria, rapidinho, que eu peço
1442 desculpa até pelo horário, eu vou ter que sair, mas aqui na comissão a gente teve o GT
1443 de logística reversa, todos devem lembrar, que tentou harmonizar as políticas dos
1444 Estados com a política nacional, no fim do ano passado a gente fez um Opini aqui,
1445 ouvindo a sociedade, foram algumas centenas de contribuições, a gente fechou o
1446 balanço dessas contribuições e melhorias, 93 delas sobre os acordos de embalagem, 53
1447 eleto eleitoral, quer dizer, tem uma lista enorme e a gente ficou de voltar e apresentar
1448 isso para a sociedade, só que antes de apresentar para a sociedade, a gente queria
1449 validar essa lista aqui. Então, eu queria ver aqui com o pleno da Comissão Antipartido
1450 Nacional, se a gente encaminha isso para o grupo técnico e faz o debate lá, ou
1451 eventualmente só traz aqui, na próxima reunião, para uma validação, acho para a gente
1452 ser importante ter a validação de todos antes e apresentar esse resultado que o MMA

1453 quer publicar, uma agenda regulatória de logística reversa, nosso objetivo é ter um único
1454 decreto regulamentando todas as políticas de logística reversa, hoje elas estão
1455 espalhadas em várias acordos setoriais, CONAMAs, resoluções, alguns decretos, então
1456 a gente acha que simplificar isso seria uma maneira bastante importante e aí até, acho
1457 que lidam um pouco com o primeiro tema também, a gente teve também lá do Conselhão,
1458 do Conselho de Econômico e Desenvolvimento, uma proposta de modernização da
1459 proposta de licenciamento, foi para saneamento em pequenos municípios, foi feita uma
1460 análise, a gente, CABEMA e CANAMA, discutimos algumas vezes, o presidente Marçal
1461 e outros reuniram os estados e os municípios e a gente tem agora uma devolutiva, mas
1462 antes de apresentar isso lá para o Conselhão, a gente também queria validar essa
1463 proposta que veio das áreas técnicas com a Comissão Tripartida Nacional, então, só para
1464 deixar esse informe, a gente vai chamar uma reunião sobre isso, quem puder ajudar, que
1465 hoje nesse caso, por exemplo, nós temos já o presidente Capobianco, três resoluções do
1466 CONAMA, a 220 lá de 2008, que fala sobre diretrizes de licenciamento de aterros
1467 sanitários de pequeno porte, a resolução 377 de 2006, de licenciamento simplificado para
1468 esgotamento sanitário, e a 481 de 2018, sobre critérios e procedimentos para
1469 licenciamento simplificado de compostagem. Entretanto, a de aterros sanitários de
1470 pequeno porte e de saneamento nunca foi usada pelos estados e pelos municípios.
1471 Então, além de fazer novas propostas de modernização da legislação de saneamento, a
1472 gente pergunta por que que essas resoluções do CONAMA não foram utilizadas. Então,
1473 a gente tem lá algumas premissas do porquê, que passa inclusive por esse debate de
1474 capacitação e equipe técnica nos estados e nos municípios, em especial nos municípios
1475 para lidar com isso. Então, a nossa proposta seria também validar antes de voltar para o
1476 Conselhão, isso aqui na Comissão Tripartite Nacional. Então, só ver como a Comissão
1477 poderia aceitar isso.

1478 **O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Secretaria Nacional de Povos e**
1479 **Comunidades Tradicionais e Desenvolvimento Rural Sustentável – SNPCT) –**
1480 Vamos lá. Primeiro, mais uma vez, eu quero agradecer a todos e a todas a coordenação
1481 da Comissão por acolher o nosso pedido, para que a gente pudesse apresentar um pouco
1482 quais são as ações de nós, enquanto Departamento de Combate à Desertificação na
1483 Secretaria de Povos e Comunidades Tradicionais aqui no MMA, estamos desenvolvendo

1484 para tratar desse tema da suscetibilidade da desertificação e da mitigação dos efeitos da
1485 seca. Primeiro, eu quero trazer aqui dois conceitos básicos, para que a gente possa
1486 compreender que quando a gente está falando de desertificação, nós estamos falando
1487 da degradação da terra nas regiões de zonas áridas, semiáridas e subúmidas e secas,
1488 que é resultante de fatores da ação humana, mas também da agenda climática, ou seja,
1489 das variações climáticas, seja da seca, seja do aquecimento global, seja das chuvas, ou
1490 seja, que incluem essas variações e as atividades humanas. E o conceito de combate à
1491 desertificação, ou seja, é um conjunto de atividades de recuperação ambiental e
1492 socioambiental, com uso sustentável dos recursos naturais nessas regiões de zonas
1493 áridas, semiáridas e subúmidas secas, com vistas, obviamente, a um desenvolvimento
1494 equilibrado. Esses conceitos são conceitos que foram, são constitutivos da nossa política
1495 nacional de combate à desertificação, que é a Lei 3.153 de 2015, e que ela foi constituída
1496 a partir também da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação, que o
1497 Brasil é signatário. Quando nós estamos falando de suscetibilidade à desertificação, nós
1498 não estamos falando de desertos, só para que a gente vá desmistificando também alguns
1499 conceitos e alguns entendimentos. A suscetibilidade à desertificação está associada à
1500 disponibilidade de água no ambiente, ou seja, a quantidade de água que chove, a
1501 precipitação pluviométrica, menos o potencial de evaporação daquele território, daquela
1502 região, me traz uma conta que se eu tenho mais água evaporando, o potencial de
1503 evaporação é maior, eu vou ter menos água disponível no ambiente. Então, a
1504 suscetibilidade ao processo de desertificação é, obviamente, maior. A Convenção das
1505 Nações Unidas, da desertificação, o NCCD, define esse critério de três categorias de
1506 suscetibilidade da desertificação: Árido, semiárido e subúmido seco. Esse mapa do Atlas
1507 de Desertificação de 2018, que é o que a gente tem de mais atual do ponto de vista
1508 global, ele mostra para a gente que 37% da superfície terrestre está em áreas desérticas
1509 ou suscetíveis à desertificação. E faz uma projeção que, até 2100, nós devemos chegar
1510 à casa dos 45% se o contexto das mudanças climáticas se mantém no nível que está e
1511 o processo também de degradação da terra se mantém nos níveis que nós temos
1512 atualmente. Ou seja, nós estamos falando de uma agenda climática. Quando nós
1513 estamos falando de desertificação, nós não estamos falando somente de uma agenda
1514 que trata do processo de degradação da terra. Nós estamos falando disso associado ao

1515 processo de mudança climática que a gente vive globalmente. Esses são os critérios do
1516 índice de aridez definido pela Convenção das Nações Unidas para o Nível de Combate
1517 à Desertificação, que é árido, onde a gente está entre 0,05 e 0,2. Essa é a conta
1518 matemática que diz que, até aí, nós estamos no clima árido, entre a precipitação e o
1519 potencial evaporação. E assim tem para o semiárido e para o subúmido seco. Esse mapa,
1520 vocês converteram esse documento em PDF, foi? Ah, é que esse mapa é um mapa
1521 interativo, então a gente não vai conseguir ver. Porque ele está em PDF, eu coloquei em
1522 PowerPoint. Mas esse mapa, cedido pelo CEMADEN, pelo INPE, produzido pelo
1523 CEMADEN e pelo INPE, mostra, que a gente não vai conseguir ver, mas no ciclo de 1961
1524 até 2020, o quanto é que se avançou e está avançando o clima de subúmido seco sobre
1525 o clima subúmido e o clima semiárido sobre o clima subúmido seco. E mostra também o
1526 surgimento da primeira área de clima árido no Brasil, localizada na região norte do estado
1527 da Bahia e sul do estado de Pernambuco, naquela região do perímetro irrigado do São
1528 Francisco, pegando seis municípios do estado da Bahia e dois municípios do estado de
1529 Pernambuco. Entre os mais conhecidos nossos estão Petrolina e Juazeiro, onde tem a
1530 identificação dessa área de clima árido, com uma área de aproximadamente 6 mil
1531 quilômetros quadrados, o que corresponde a um pouco mais do que o território do Distrito
1532 Federal. Só para que a gente tenha uma dimensão territorial do que isso significa. Isso
1533 não significa que aquela região está virando um deserto, só para lembrar isso. Mas que
1534 a mudança climática associada ao processo de degradação da terra está fazendo com
1535 que a gente tenha menos cobertura vegetal e com menos cobertura vegetal eu tenho
1536 menos disponibilidade hídrica para que o solo consiga se manter e a gente ter uma
1537 regeneração dessa degradação da terra. Pode passar. Bom, isso é um panorama geral
1538 para situar a gente do que é essa agenda da desertificação. Aqui nós temos os quatro
1539 instrumentos legais onde a gente trabalha, legais de combate à desertificação no Brasil.
1540 A gente tem o decreto legislativo de 97 e o presidencial de 88, aliás, que é 98, na verdade,
1541 que aprovam... Ali é 98, em vez de 88. Que aprovam a adesão do Brasil como signatário
1542 da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação. A gente tem a Lei 3.153,
1543 que cria a Política Nacional de Combate à Desertificação e o Decreto 11.932, de fevereiro
1544 de 2024, que dispõe sobre a Comissão Nacional de Combate à Desertificação, que nós
1545 vamos instalar na próxima segunda-feira aqui em Brasília. Pode passar. Quais são as

1546 ações que o Ministério do Meio Ambiente, através da SNPCT, do nosso departamento,
1547 temos desenvolvido de 2023 para cá? Primeiro, acho que é importante a gente dizer que
1548 é a primeira vez na estrutura do Ministério do Meio Ambiente que a gente tem um
1549 departamento de combate à desertificação. Do ponto de vista histórico, nas construções
1550 anteriores da estrutura do Ministério, nós tínhamos uma coordenação de combate à
1551 desertificação. Então, no que pese o desafio, eu estou com a responsabilidade de ser o
1552 primeiro diretor de combate à desertificação do Ministério do Meio Ambiente, o que,
1553 sendo bom ou ruim, é um desafio de deixar aí também um legado importante, junto com
1554 a nossa secretária Eder, com o nosso secretário Capobian, que é a nossa ministra marina
1555 para essa agenda. Então, uma das primeiras iniciativas nossas é a elaboração do
1556 segundo plano de ação brasileira de combate à desertificação. O primeiro plano foi
1557 elaborado em 2004, ou seja, há 20 anos atrás. Então, nós fizemos um arranjo com um
1558 conjunto de instituições locais da região do semiárido brasileiro, a Universidade Federal
1559 Rural do Pernambuco, o Federal de Campina Grande, o INSA, que é uma instituição de
1560 pesquisa e ciência ligada ao MCTI, e a Fundação Joaquim Nabuco, ligada ao Ministério
1561 da Educação, e uma parceria com os governos dos estados, e aqui o secretário Gino de
1562 Alagoas teve a oportunidade de participar do seminário de abertura desse processo de
1563 elaboração do segundo plano, lá em Recife, onde nós realizamos um conjunto de 15
1564 seminários, sendo 10 seminários estaduais, ou seja, um em cada estado do semiárido,
1565 com exceção do Espírito Santo, que a gente fez junto com o Seminário Regional Sudeste,
1566 e a gente fez quatro seminários regionais, e esse Seminário Nacional de lançamento da
1567 iniciativa. Os seminários regionais é uma inovação do que nós estamos construindo
1568 enquanto plano, secretário Capobianco, sobretudo porque quando o primeiro plano foi
1569 elaborado em 2004, nós não tínhamos a lei que cria a política, e ela define que o escopo
1570 da política, embora a gente trate na Convenção de áreas áridas, semiáridas e subúmidas
1571 secas, mas nós devemos tratar a agenda das secas como uma agenda nacional. Então
1572 nós fizemos os seminários regionais, Sudeste, Sul, Centro-Oeste e Norte, para discutir
1573 essencialmente que medidas e que ações poderiam prever dentro desse plano para tratar
1574 da agenda das secas nesse território, considerando o fenômeno que a gente está vivendo
1575 já divulgado, explicitado, sobre as secas como uma ação da mudança climática
1576 recorrente a cada ano. Então a gente está aí com um plano, num processo de pactuação

1577 com os ministérios, a estruturação desse plano, nós contamos com algum diálogo com o
1578 Ministério do Planejamento e Orçamento sobre a estrutura da matriz para as entregas,
1579 os objetivos, indicadores e metas a serem alcançadas. A gente chegou a mais de 1.200
1580 pessoas participando desses seminários, colocamos em consulta pública e tivemos 56
1581 contribuições, e a gente está aí nesse processo de pactuação com outros ministérios,
1582 considerando que a política de combate à desertificação é uma política transversal, e por
1583 ser transversal tem medidas e iniciativas que estão vinculadas a outros ministérios, que
1584 é da competência de implementação das políticas afetas à implementação do próprio
1585 plano e da política de combate à desertificação. Pode passar. Bom, e queremos lançar
1586 aí no dia 17 de junho, que é o Dia Mundial de Combate à Desertificação, se assim der
1587 tudo certo. Vai dar. A segunda ação nossa é uma parceria nossa com a Sudene, com os
1588 governos dos estados e com a Universidade do Vale do São Francisco, com a Univasf,
1589 onde a gente está apoiando os governos dos estados a elaborarem ou atualizarem os
1590 seus planos estaduais de combate à desertificação. Embora seja um plano do estado, é
1591 competência da política nacional ou é instrumento da política nacional também os planos
1592 estaduais. Então a gente montou aí um arranjo entre essas instituições, MMA, Sudene,
1593 Univasf, governo dos estados e seminários, e a gente está aí apoiando um processo de
1594 um conjunto de seminários, de contratação de consultorias para a atualização ou
1595 elaboração dos planos estaduais de combate à desertificação, que a gente tem um
1596 horizonte até junho do ano que vem para a gente estar com esses planos atualizados.
1597 Claro que tem plano de governo do estado de 2012, mas tem plano que foi elaborado em
1598 2008. Essa iniciativa da gente poder construir isso junto com os estados nesse momento,
1599 diz respeito muito a gente buscar uma governança e um alinhamento entre a elaboração
1600 do plano nacional com os planos estaduais, para que a gente possa trabalhar de forma
1601 conjunta e articulada, governo federal e governo dos estados, na implementação dessas
1602 iniciativas. Então esse processo já está em curso e nós estamos em diálogo com cada
1603 secretaria de meio ambiente dos estados e com a Câmara Técnica de Meio Ambiente do
1604 Consórcio Nordeste, tem sido um parceiro também bastante estratégico no diálogo, para
1605 que a gente possa desenvolver essas iniciativas. Uma terceira iniciativa é uma parceria
1606 com o INSA, o CEMADEN e o INPE, que são três instituições ligadas ao MCTI, com a
1607 Universidade Federal de Campina Grande e o Observatório da Catinga de Desertificação,

1608 que a gente está resgatando o sistema de alerta precoce de seca e desertificação, que
1609 também é um instrumento da política nacional, que foi elaborado lá atrás, mais ou menos
1610 até 2015 e o sistema ficou obsoleto. A gente não conseguiu, obviamente, dado o período
1611 que a gente viveu de 2015 até 2022, nós não tivemos avanço na implementação ou
1612 aperfeiçoamento do sistema. Então a gente está resgatando esse arranjo com esse
1613 conjunto de organizações, para que a gente possa elaborar um sistema de alerta que
1614 ajude, obviamente, trabalhando com modelos matemáticos e com vários trabalhos
1615 científicos e técnicos que mostram para a gente como prever, sobretudo, as secas,
1616 porque as secas eu consigo prever num curto espaço de tempo. A desertificação é um
1617 negócio mais de longo prazo, é uma degradação mais lenta, pouco visível, mas as secas
1618 a gente precisa... O grande nosso desafio é como trabalhar esses dados matemáticos e
1619 essa previsão de secas para ajudar o governo federal, os governos dos estados e os
1620 municípios a se prepararem com antecedência a ter medidas ou tomar medidas de
1621 adaptação e não somente as medidas de mitigação dos efeitos da seca, mas que a gente
1622 possa se prevenir antes para que a gente possa avançar. Eu estou sonhando, Gino, que...
1623 E Ana Flávia, acho que todo mundo aqui conhece, o sistema de monitoramento de seca,
1624 como é que chama-se? Da ANA. É, o monitor de secas. Eu estou sonhando que o SAP
1625 vai ser o monitor de secas, mas prevendo com antecedência o que serão as secas. O
1626 monitor de secas hoje tem um retrato dessa realidade, mas a gente precisa se prevenir
1627 e prever com antecedência para poder tomar medidas mais eficazes. E um dos grandes
1628 desafios nossos é como é que esse sistema de alerta pode ser um aplicativo, que esse
1629 é um desafio interessante, aonde o agricultor, o produtor rural, o prefeito, o secretário de
1630 município, possa identificar através desse aplicativo o seu município, qual é a previsão
1631 de chuva para os próximos dois meses, três meses, seis meses e com isso ajudar o
1632 município a se preparar de formas mais estratégicas para esse contexto. Próximo. Uma
1633 quarta ação nossa foi o lançamento da campanha Terra, Floresta, Água de
1634 enfrentamento à desertificação e a seca. A gente lançou essa campanha em junho do
1635 ano passado lá em Juazeiro, com a presença da ministra marina, na missão climática
1636 pela Caatinga, que nós realizamos, com o secretário das Nações Unidas para o combate
1637 à desertificação, o senhor Ibrahim Thiaw. E a gente teve, esse é um arranjo do Ministério
1638 do Meio Ambiente, com o Canal Saúde, da Fiocruz, e temos contado com o apoio da

1639 ASA, da articulação do Semiárido, que tem toda uma experiência aí no contexto da
1640 convivência com o Semiárido, para a elaboração dos conteúdos dessa campanha.
1641 Estamos chegando aí a várias TVs públicas, com quem a gente está se aliando para
1642 fazer com que o conteúdo da campanha alcance o máximo possível de pessoas. A TV
1643 Bahia, Rede Minas, do Maranhão, do Rio Grande do Norte, Fortaleza, Ceará, TV Cidade
1644 na Paraíba, a TV Câmara e TV Senado também têm sido parceiros estratégicos. A gente
1645 chegou aí, entre junho, lançamento da campanha, junho de 2024 e dezembro, a 16
1646 milhões de pessoas acessando os conteúdos que a campanha veiculou através de
1647 videodocumentários, de cartilhas, documentos que tratam do tema da desertificação.
1648 Lembrando que a campanha tem um sentido educativo, não é para falar sobre o que nós
1649 estamos fazendo, mas para orientar a sociedade sobre o que fazer no contexto da
1650 desertificação. Próximo. Uma outra iniciativa, que eu já falei aqui umas duas vezes, mas
1651 a gente está restituindo a Comissão Nacional do Combate à Desertificação, na próxima
1652 segunda, celebrando o dia da Caatinga, 29 e 30, a reunião ordinária da Comissão de
1653 Combate à Desertificação. A gente, diferente da primeira versão, que é de 2008, vai ter
1654 uma comissão paritária entre sociedade civil e governo, considerando que dentro do
1655 grupo da sociedade civil também tem o setor produtivo. É o primeiro momento em que a
1656 comissão tem representação das comunidades tradicionais. Há a POIME, dos povos
1657 indígenas, as comunidades tradicionais de fundo e fecho de pasto. Há a PIB, também
1658 dos povos indígenas do Brasil, tão como membros da comissão. Foi um processo de
1659 seleção da sociedade civil para compor essa iniciativa. E, também como algo inovador,
1660 que eu lembro agora, quando a gente foi apresentar ao secretário Capobianco, ele disse,
1661 mas eu nunca vi um negócio desse. Mas a gente está apostando muito que a Câmara
1662 Interministerial do Combate à Desertificação, como órgão da comissão nacional, mas
1663 formada apenas pelos órgãos de governo, como um espaço de pactuação da agenda no
1664 âmbito do governo para que a gente possa acolher e dar tratamento às demandas que
1665 virão da comissão nacional pela sociedade civil. E aí eu quero falar muito rapidamente
1666 que esse é o último slide, que é um projeto, os projetos que a gente está aqui em curso.
1667 Um projeto de uma ação mais concreta no território. Um projeto Redeser, que é um
1668 acordo de cooperação do Ministério do Meio Ambiente com o GEF, o Fundo Global de
1669 Meio Ambiente, que está sendo implementado pela FAO. Ele atua em 14 municípios em

1670 4 territórios, no estado de Alagoas, Bahia, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba. Ele
1671 trata essencialmente sobre essa coisa da gestão integrada de recursos naturais, planos
1672 de manejo florestal sustentável, de tecnologias de convivência com semiárido,
1673 informação sobre o combate à desertificação. São aproximadamente 2 mil famílias
1674 agricultoras envolvidas nesse projeto de forma direta. E um segundo projeto, que é um
1675 projeto focado na implementação de sistemas agroflorestais e reuso de água no
1676 município de Gilbués, que é um dos municípios mais afetados por esse processo de
1677 sustentabilidade da desertificação, em função da grande degradação de terras que a
1678 gente tem naquele território. Para encerrar, eu queria dizer para vocês que eu acho que
1679 é uma oportunidade da gente tratar, registrar a presença do Marcos e da Val, que são os
1680 servidores lá do departamento, que já há algum tempo dizem para mim que eu tenho que
1681 vir aqui na Tripartite falar sobre as nossas iniciativas, para também escutar as instituições
1682 que estão aqui. Mas eu acho que, sobretudo nesse momento da elaboração dos planos
1683 estaduais de combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca nos estados do
1684 semiárido, a ABEMA e a ANAMA e as Secretarias de Estado de Meio Ambiente podem
1685 ter um papel importante no diálogo sobre que iniciativas podem ser pensadas para os
1686 planos estaduais atualizados a esse contexto que a gente vive de agravamento das
1687 mudanças climáticas. Acho que é isso. Obrigado.

1688 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - TITULAR (Secretário Executivo do MMA) –**
1689 Excelente. Finalmente vamos ter a comissão instalada. Muito importante, realmente
1690 muito importante essa agenda se desenvolver. Você não mostrou o crescimento da... É
1691 porque é muito impressionante os dados recentes que mostram o
1692 avanço do processo de desertificação no Brasil. Realmente muito impressionante. É um
1693 assunto que precisamos tratar com a maior urgência, urgência total e muito empenho
1694 entre a relação federativa e participação social. Realmente é muito importante. Não sei
1695 se algum comentário agora, mas acho que a apresentação foi muito importante para
1696 iniciar esse processo. Pois não. Gino.

1697 **O SR. GINO CÉSAR MENESES PAIVA (Secretaria de Estado do Meio Ambiente e**
1698 **dos Recursos Hídricos de Alagoas) –** É só complementar. Primeiro, parabenizar o
1699 Alexandre e colocar mais uma vez Alagoas à disposição. Acho que a gente tem avançado

1700 bastante. Alagoas é o primeiro estado do Brasil a ter 100% de monitoramento realizado
1701 em tempo real. Se quiser agora eu puxo como está a situação em cada município de
1702 Alagoas. Passa uma chuva, vento, seca e a gente tem tentado contribuir. Então a gente
1703 continua à disposição de deixar Alagoas, inclusive se quiser fazer o lançamento do plano
1704 lá em Alagoas, a gente se coloca à disposição, mas eu queria inclusive informar que nós
1705 temos preparado com todos os órgãos do Estado do Nordeste trimestralmente
1706 justamente essas informações climáticas. Então, por exemplo, todo dia 10 Alexandre a
1707 gente publica o que vai acontecer nos 3 meses seguintes. Aí eu já deixo à disposição
1708 aqui do Ministério. A gente tem feito isso. Não é uma ação só de Alagoas, não é só da
1709 nossa sala de alerta, mas de todas as salas que existem no Nordeste. A gente faz uma
1710 reunião sempre no início de cada mês e a gente no dia 10 isso a gente tem ajudado, tem
1711 passado para os secretários de Estado, eu passo sempre para o governador que é pronto
1712 e a gente tem esse monitoramento que eu queria deixar à disposição do Ministério
1713 também.

1714 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - TITULAR (Secretário Executivo do MMA) –**
1715 Gino, muito obrigado. Bom, pessoal, então tivemos aí mais uma reunião da Comissão
1716 Tripartite, 28ª reunião. Desde 2023 quantas foram, Marcela? Foi um monte.

1717 **A SRª. MARCELA MORAES (Diretora do DSISNAMA) –** Então, foram 3 em 2023, 4, 7
1718 agora são a 8ª da gestão.

1719 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - TITULAR (Secretário Executivo do MMA) –**
1720 Muito bem. Nós estamos num trabalho muito intenso, super colaborativo. Agradeço a
1721 presença sempre intensa, participativa de todos os representantes da ABEMA, da
1722 ANAMA e de todos que participam e colaboram com os debates. Agradeço a presença
1723 de todos que estão online, nos acompanharam até agora, parabênzo todas as
1724 apresentações que foram muito ricas, muito inspiradoras. E encerramos aqui convidando
1725 a todos para a reunião extraordinária do CONAMA começa às 14h lá na nossa sede,
1726 querida sede, sempre emprestada, nosso auditório sempre emprestado de forma muito
1727 prestativa pelo nosso IBAMA. Então nos vemos às 2h. Obrigado a todos e bom almoço.